



**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA  
EDUCAÇÃO**

**FERNANDA BORDINI MANENTI DE JESUS**

**A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR E  
O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA (L2)**

**CRICIÚMA – SC**

**2023**



FERNANDA BORDINI MANENTI DE JESUS

**A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR E  
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA (L2)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Inclusão educacional na educação básica

Orientador/a: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza.

CRICIÚMA - SC

2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

J585i

Jesus, Fernanda Bordini Manenti de.

A inclusão dos estudantes surdos na escola de ensino regular e o ensino da língua portuguesa como segunda língua (l2) [recurso eletrônico] / Fernanda Bordini Manenti de Jesus. – Dados eletrônicos. – Criciúma, 2023.

71f.

Orientação: Profa. Dra. Dr<sup>a</sup>. Sawana Araújo Lopes de Souza. Dissertação (Mestrado) – ENBER/PPGE.

1. Inclusão escolar - pessoas surdas – Criciúma – Santa Catarina. 2. Educação especial e inclusiva – pessoas surdas. 3. Bilinguismo – alfabetização -estudantes surdos. 4. Ensino de língua portuguesa – segunda língua. I. Título.

CDU 376:811.134.3-056.263(043.3)

**Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810**



## **A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA (L2)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 16/05/2022

### **BANCA EXAMINADORA**

*Sawana Araújo Lopes de Souza*

---

Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

(Orientador/PPGED/ENBER)

*Danielle Ventura*

---

Profa. Dra. Danielle Ventura de Lima Pinheiro

(Membro-interno/PPGED/ENBER)

*Shslyder Lira dos Santos*

---

Prof. Dr. Shslyder Lira dos Santos

(Membro-externo/FPB-Paraíba)



Dedico este estudo ao meu esposo Claudionei e minha filha Maria Eduarda por estarem sempre ao meu lado para a realização deste sonho.



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus mais profundos agradecimentos a todos que generosamente contribuíram para a realização desta dissertação. Sou imensamente grata pela colaboração e apoio de cada um de vocês.

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão a Deus por me conceder saúde, força e sabedoria para enfrentar todos os desafios que surgiram durante a pesquisa. Sua presença em minha vida foi fundamental para me guiar e fortalecer.

Agradeço de todo coração ao meu amado esposo, Claudionei, e à minha filha, Maria Eduarda, pelo amor incondicional, paciência e compreensão que demonstraram em todos os momentos. As palavras de encorajamento e apoio constante foram a luz que iluminou meu caminho para continuar este trabalho.

À minha orientadora, a professora Doutora Sawana Araújo Lopes, dedico meus mais profundos agradecimentos. Sua orientação sábia, ensinamentos valiosos e incentivos constantes foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou imensamente grata por sua orientação cuidadosa e apoio incansável.

Ao professor e coordenador Félix, gostaria de expressar minha gratidão por toda a ajuda, orientação e esclarecimentos preciosos que você proporcionou ao longo do curso.

Às professoras Doutoradas Adelaide, Iranete e Nathália, agradeço sinceramente pelas aulas em vídeo no decorrer do curso e por compartilharem seus vastos conhecimentos. Suas contribuições enriqueceram meu aprendizado e me forneceram uma base sólida para minha pesquisa.

Gostaria de agradecer à professora Doutora Maraiane Pinto pelas dicas e sugestões valiosas que você ofereceu durante todo o trabalho. Sua experiência e perspectiva foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação.

Aos ilustres professores Doutores que compuseram a banca, Shslayder Lira e Danielle Ventura, sou profundamente grata por seus valiosos comentários e sugestões que contribuíram significativamente para o aprimoramento desta dissertação.

Ao grupo de pesquisa GEPED, gostaria de expressar minha gratidão pelas contribuições e pelo compartilhamento de conhecimentos. Foi um privilégio poder colaborar com todos vocês.

À secretaria da Enber, agradeço por todo o esclarecimento de dúvidas ao longo do curso. Sua disponibilidade e prontidão em auxiliar foram fundamentais para o bom andamento deste trabalho.



Aos colegas que contribuíram através de suas apresentações de qualificações e defesas, gostaria de expressar meu sincero agradecimento. Através dessas ocasiões, tive a oportunidade de aprender muito com os Doutores Josué Claudio Dantas, Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos, Miriam Espindula dos Santos Freire, entre outros.

Por fim, desejo expressar minha gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Seja por conversas, sugestões, apoio emocional ou simplesmente encorajamento, cada gesto e palavra tiveram um impacto significativo em minha jornada acadêmica.

A todos vocês, meu profundo agradecimento. Sua colaboração e apoio foram essenciais para a conclusão desta dissertação. Seu envolvimento e dedicação são verdadeiramente apreciados.

Mais uma vez, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Sou grata pela oportunidade de aprender e crescer ao lado de pessoas tão incríveis.

Muito obrigada a todos!



“Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças.”

Mantoan (2003)



## RESUMO

As pessoas surdas ganham cada vez mais espaço em uma sociedade que outrora pensava que essas pessoas não podiam viver e se relacionar com pessoas ouvintes. A pessoa surda era considerada ineficaz, ou seja, seria uma pessoa que nunca iria conseguir atender às demandas e expectativas do meio social em que vivia. Atualmente, podemos observar que essa realidade está se transformando. As pessoas com surdez estão buscando seu espaço no meio social, superando assim, suas limitações. É indispensável haver uma reestruturação do sistema de ensino para que a escola e os docentes possam propiciar a mediação necessária para o desenvolvimento desses indivíduos. Para tanto, indaga-se: como o docente pode adaptar sua prática de ensino para atender às necessidades desses estudantes e garantir o sucesso no processo de alfabetização em língua portuguesa? Portanto, tem-se como objetivo geral refletir sobre o processo de implementação da educação bilíngue nas políticas educacionais a fim de que possam colaborar para a construção da educação inclusiva. Já os objetivos específicos desta pesquisa são: problematizar sobre a educação especial no âmbito internacional, nacional e local; compreender a concepção do bilinguismo na produção do conhecimento; refletir sobre os caminhos percorridos pelo bilinguismo nas políticas educacionais. O processo metodológico adotado nessa pesquisa foi a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Como resultado, é possível afirmar que o estudante surdo é capaz e deve ter acesso à alfabetização, a fim de se comunicar de forma efetiva e ter igualdade de oportunidades na sociedade. É fundamental que os professores contem com recursos pedagógicos específicos e trabalhem em colaboração com os professores intérpretes de Libras, que são profissionais especializados em facilitar a comunicação entre os alunos surdos e o professor ouvinte. É preciso que os professores estejam capacitados para trabalhar com estudantes surdos e que as escolas disponibilizem os recursos necessários para uma educação inclusiva e de qualidade. A alfabetização de estudantes surdos é um direito garantido por lei, e cabe aos educadores escolares proporcionarem as condições adequadas para que esse direito seja efetivado. Assim, caminharemos em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

**Palavras-Chave:** inclusão escolar; alfabetização; surdez; professor; intérprete.



## ABSTRACT

Deaf people are gaining more and more space in a society that once thought that these people could not live and relate with hearing people. The deaf person was considered ineffective, ie, would be a person who could never meet the demands and expectations of the social environment in which he lived. Currently, we can see that this reality is changing. People with deafblindness are seeking their space in the social environment, overcoming their limitations. It is essential to have a restructuring of the education system so that the school and teachers can provide the necessary mediation for the development of these individuals. Therefore, the question is: how can teachers adapt their teaching practice to meet the needs of these students and ensure success in the literacy process in Portuguese? Therefore, the general objective is to reflect on the process of implementing bilingual education in educational policies so that they can contribute to the construction of inclusive education. The specific objectives of this research are: to discuss special education at the international, national and local levels; understand the conception of bilingualism in the production of knowledge; reflect on the paths taken by bilingualism in educational policies. The methodological process adopted in this research was qualitative, bibliographic and documentary research. As a result, it is possible to state that the deaf student is capable and should have access to literacy in order to communicate effectively and have equal opportunities in society. It is essential that teachers have specific teaching resources and work in collaboration with teachers interpreters of Libras, who are professionals specialized in facilitating communication between deaf students and the hearing teacher. It is necessary that teachers are trained to work with deaf students and that schools provide the necessary resources for an inclusive and quality education. The literacy of deaf students is a right guaranteed by law, and it is up to school educators to provide adequate conditions for this right to be effective. Thus, we will be moving towards a more just and inclusive society for all.

**Key-words:** school inclusion; literacy; deafness; teacher; interpreter.



## LISTA DE SIGLAS

- ABPEE – Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
- AEE – Atendimento Educacional Especializado.
- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
- DME – Declaração Mundial sobre Educação para Todos
- DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
- LBI – Lei Brasileira de Inclusão
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.
- L1 – Língua Brasileira de Sinais - Primeira Língua
- L2 – Língua Portuguesa - Segunda Língua
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- NEE – Necessidades Educacionais Especiais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNE – Plano Nacional
- PNEE – Plano Nacional da Educação Especial
- PME - Plano Municipal de Educação
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>2. DIALOGANDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, CONTEXTOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>26</b>
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	26
2.2. OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.....	35
2.3. A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA POLO PARA ESTUDANTES SURDOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC.....	37
<b>3. O BILINGUISMO NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA PARA A APRENDIZAGEM.....</b>	<b>43</b>
3.1. VALORIZANDO A LÍNGUA DE SINAIS E A LÍNGUA ESCRITA COMO FERRAMENTAS PARA A ALFABETIZAÇÃO.....	43
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>58</b>
4.1. A ABORDAGEM QUALITATIVA.....	58
4.2. A ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA.....	60
4.3. A ABORDAGEM DOCUMENTAL.....	62
4.4. A ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN.....	64
<b>5. A ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.....</b>	<b>68</b>
5.1. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (L2) COMO SEGUNDA LÍNGUA.....	68
5.2. DOCUMENTOS MUNICIPAIS QUE ORIENTAM E DIRECIONAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>



## INTRODUÇÃO

Pensar sobre a surdez vai muito além de ser um professor e estar preocupado com um determinado estudante. É importante considerar todos os fatores que envolvem essa deficiência, desde o impacto emocional até as dificuldades para se comunicar e aprender. Só assim será possível compreender o estudante com surdez e oferecer-lhe o melhor suporte possível.

De acordo com o IBGE (2022), “há 2,3 milhões de pessoas com algum grau de surdez no Brasil”. (CRONICASDASURDEZ, 2023. n.p). Por isso, devemos avaliar sempre a nossa prática diária com o intuito de contribuir para a inclusão das pessoas surdas em todos os aspectos da vida. Isso inclui desde acessibilidade na educação e no trabalho até a participação plena e ativa na sociedade.

A inclusão educacional mostra, ainda que de maneira gradual e recente, avanços que precisamente colaboram para o desenvolvimento dos estudantes que são considerados público-alvo da educação sobre a inclusão escolar. Como avanços, pode-se citar a criação da Lei 10.098/00 que estabelece medidas para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, bem como o Decreto Federal n.º 5.296/04, que avança nas discussões sobre acessibilidade. É preciso pensar que a inclusão é fundamental para que o acesso e a permanência dos estudantes sejam garantidos, como o que é previsto na lei nº 9.394/96:

Art. 2º - A educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, se torna obrigatório a inclusão e permanência desses estudantes nas instituições escolares. A garantia desse direito visa proporcionar condições para que esses estudantes possam desenvolver suas potencialidades. Vale ressaltar que é necessário que os profissionais entendam a relação entre a diferença do desenvolvimento dos estudantes surdos e dos estudantes ouvintes para encontrarem a melhor maneira de minimizar as dificuldades desses estudantes no que se refere ao ensino da língua portuguesa (L2).

Ao visar a experiência profissional com estudantes surdos, o desenvolvimento desses educandos, se comparados com o desenvolvimento dos estudantes ouvintes, é de certa forma,



semelhante, pois a partir do processo inclusivo, se percebe a facilidade desses estudantes com a aprendizagem, embora as crianças surdas tenham uma maior afinidade de aproximação com outras crianças surdas e isso acaba por tornar a socialização com crianças ouvintes um pouco comprometidas.

Para tanto, é essencial, criar um ambiente integrador e facilitador de aprendizagem, que conduza ao desenvolvimento com a mediação do professor. Um meio que seja organizado para todos, ou seja, organizado a ponto de receber a criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) favorecendo assim, o seu desenvolvimento integral.

Portanto, as adaptações curriculares se configuram como possibilidades de atuar diante das dificuldades dos estudantes. O que se espera “[...] é a busca de soluções para as necessidades específicas do aluno, e não o fracasso na viabilização do processo de ensino-aprendizagem” (MEC, 2003, p.38). Para isso, é preciso haver uma adaptação das escolas e dos professores quanto às necessidades específicas de cada estudante. Dessa forma, todos têm acesso à educação e podem aprender conforme as suas potencialidades.

O presente estudo busca investigar sobre como ocorre a inclusão dos estudantes surdos nas escolas de ensino regular e o processo de alfabetização desses estudantes em língua portuguesa (L2) nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º anos). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece que as crianças devem ser alfabetizadas até o segundo ano dessa etapa de ensino, a fim de assegurar o direito fundamental de aprender a ler e escrever nos primeiros anos do ensino fundamental.

É nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, que as crianças começam a aprender os princípios básicos da leitura e da escrita, o que lhes permite desenvolver habilidades mais complexas à medida que avançam em seu conhecimento. Portanto, optou-se em pesquisar sobre o processo de alfabetização com essas turmas, com o intuito de compreender os desafios e possíveis soluções para o processo de alfabetização nessas turmas do ensino fundamental.

Conforme a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “[...] a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita, preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996). Desse modo, percebe-se, que os estudantes surdos têm seus direitos assegurados quanto à inclusão nas escolas de ensino regular como também as adaptações curriculares necessárias para a sua alfabetização.



O termo inclusão tem ganhado cada vez mais relevância e destaque nos últimos anos, principalmente quando se trata da presença e participação de pessoas com deficiência no ambiente escolar. A inclusão educacional visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade e sejam plenamente integrados à comunidade escolar.

No contexto educacional, a inclusão vai além de simplesmente matricular alunos com deficiência em escolas regulares. Trata-se de criar um ambiente acolhedor, respeitoso e adaptado, no qual cada estudante seja valorizado em sua singularidade e tenha suas necessidades atendidas de forma individualizada. A inclusão implica em garantir o acesso a recursos, suportes e adaptações necessárias para que os estudantes com deficiência possam participar plenamente das atividades escolares, interagir com seus pares e desenvolver seu potencial acadêmico e social.

A inclusão educacional busca romper com as barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas que historicamente excluíram pessoas com deficiência do sistema educacional. Ela envolve a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, a formação de professores para lidar com a diversidade e a valorização da colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo.

Ao adotar uma abordagem inclusiva, as escolas se tornam espaços de convivência enriquecedora, nos quais a diversidade é valorizada e a aprendizagem é potencializada. A inclusão proporciona benefícios não apenas para os estudantes com deficiência, mas para toda a comunidade escolar, pois promove o respeito, a empatia e o entendimento das diferenças como um valor fundamental.

Portanto, o termo inclusão tem se consolidado como uma diretriz fundamental no âmbito educacional, reconhecendo a importância de garantir a igualdade de oportunidades e a plena participação de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A inclusão é um processo contínuo, que demanda a colaboração de todos os atores envolvidos, visando construir uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

A inclusão representa uma verdadeira revolução no modo como lidamos com as pessoas com deficiência, pois ela parte do pressuposto de que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações, possuem direitos inalienáveis e são capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade. Nesse novo paradigma, a diversidade é valorizada e as diferenças são encaradas como um elemento enriquecedor da convivência social.



De forma que a inclusão se efetive, é necessário um olhar sensível e acolhedor para as particularidades de cada pessoa. Reconhecer as diferenças é o primeiro passo para criar um ambiente inclusivo, que respeite e promova a dignidade de todos os indivíduos. É preciso romper com estereótipos e preconceitos, e enxergar cada pessoa como um ser único, com suas habilidades, talentos e potencialidades.

No contexto educacional, a inclusão implica em garantir que todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham acesso igualitário à educação. Isso significa oferecer recursos e suportes necessários para que cada estudante possa desenvolver seu máximo potencial acadêmico e social.

Além disso, a inclusão requer um compromisso coletivo em oferecer condições adequadas para o acesso à educação. Isso envolve desde a disponibilização de materiais didáticos acessíveis até a formação de professores para lidar com a diversidade e adotar práticas pedagógicas inclusivas. É fundamental que as escolas sejam espaços acolhedores, que valorizem a individualidade e promova a convivência democrática, respeitando a diversidade de ideias, opiniões e formas de expressão.

A inclusão vai além do âmbito educacional, permeando todas as esferas da sociedade. Ela envolve políticas públicas que garantam a inclusão social, a acessibilidade e a igualdade de oportunidades em todos os aspectos da vida. É um processo contínuo, que exige o engajamento de toda a sociedade na construção de uma cultura inclusiva, na qual todas as pessoas sejam valorizadas e tenham seus direitos assegurados.

A inclusão social é um direito assegurado pela legislação brasileira, contemplado tanto na Constituição Federal quanto em outras leis e normativas relevantes. Essa política tem como objetivo primordial assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua origem social, étnica ou cultural, tenham acesso equitativo aos mesmos direitos e oportunidades fundamentais, como a educação, saúde, trabalho, lazer e cultura.

Para efetivar essa visão inclusiva, é crucial que as políticas públicas sejam direcionadas à promoção da inclusão social, garantindo que todas as pessoas tenham a capacidade de vivenciar plenamente seus direitos e desfrutar de uma vida digna. Essas políticas devem abranger medidas abrangentes, como o acesso a serviços de qualidade, ações afirmativas para grupos marginalizados, o combate à discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades.



A inclusão vai além de apenas fornecer igualdade de acesso; também implica em reconhecer e valorizar a diversidade humana, respeitando as particularidades e necessidades individuais.

A inclusão não se trata apenas de "encaixar" as pessoas em uma estrutura existente, mas de criar uma sociedade que seja verdadeiramente inclusiva, adaptando-se e acolhendo a diversidade em todas as esferas da vida social.

Portanto, é essencial que todos os setores da sociedade, incluindo o governo, instituições educacionais, empresas e a comunidade em geral, unam esforços para promover uma cultura de inclusão e garantir que nenhum indivíduo seja excluído ou marginalizado. Somente através de um compromisso coletivo e a implementação efetiva de políticas inclusivas, poderemos construir um futuro em que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e viver uma vida digna e significativa.

Além disso, é fundamental a atuação de organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na promoção da inclusão social e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, por meio do desenvolvimento de programas e iniciativas que visem a proteção e promoção da igualdade de oportunidades. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tem um papel crucial na luta pela inclusão social e na defesa dos direitos humanos, trabalhando em conjunto com governos, sociedade civil e setor privado para garantir que todas as crianças e adolescentes, possam exercer plenamente seus direitos e ter acesso a oportunidades que promovam seu desenvolvimento pleno e saudável.

Com a finalidade de que a inclusão seja efetivamente implementada, é fundamental que haja uma compreensão abrangente que envolva toda a instituição, a comunidade e a família. Isso significa que é necessário que todas as partes envolvidas estejam engajadas e comprometidas com a promoção da inclusão, trabalhando juntas para identificar e remover barreiras que possam impedir o acesso igualitário às oportunidades. A compreensão deve incluir também a valorização da diversidade e o respeito às diferenças individuais, para que todos os indivíduos sejam acolhidos e possam participar plenamente da vida escolar e comunitária.

A inclusão é um processo complexo que exige o envolvimento ativo de três agentes principais: a escola, a comunidade e a família.

A escola desempenha um papel fundamental nesse processo, visto que é onde as crianças passam a maior parte do tempo e adquirem os valores e normas sociais. A comunidade também exerce uma função importante, pois é o espaço onde as crianças vivem e



interagem com outras pessoas fora do ambiente escolar. Por fim, a família assume o papel central como agente de inclusão social, uma vez que é responsável pelo cuidado e educação das crianças.

Com base no que foi apresentado, o processo de inclusão de estudantes surdos não deve se restringir apenas ao ambiente escolar, mas se estender a todos os contextos sociais. Todos os espaços devem ser acessíveis e inclusivos para esses estudantes, a fim de garantir igualdade de oportunidades e sua participação ativa na vida social.

O direito à educação da comunidade surda é garantido e preservado por lei, como outorga o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005). Estes utilizam a Libras como sua primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2). O objetivo deste decreto é assegurar que a população surda tenha acesso à educação, uma vez que muitos deles enfrentam dificuldades para se comunicar no mundo ouvinte. Com isso, fica garantido o seu direito à educação, bem como o respeito à sua identidade cultural.

Com a promulgação do decreto mencionado, os estudantes surdos passam a ter garantidos seus direitos à comunicação, informação e educação. A partir desse decreto, esses estudantes passam a ter o direito a uma educação de qualidade, bem como a professores capacitados e recursos necessários para uma aprendizagem eficaz.

O Decreto 5.626/05 garante que os surdos tenham igualdade de oportunidades por reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil. O uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais) é um direito fundamental para esses indivíduos, pois é a sua língua natural e a principal forma de acesso à comunicação e informação. Através da garantia do uso da Libras, a lei promove a inclusão social dos surdos, permitindo que tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que as pessoas ouvintes, sejam elas na educação, no trabalho, na saúde ou em qualquer outra área da vida. Com isso, a lei assegura a igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania para as pessoas com surdez.

Não se pode tentar substituir a língua portuguesa escrita apenas pelo ensino da Libras, as duas devem atuar juntas na aprendizagem dos estudantes, pois é importante que eles absorvam o conhecimento da língua buscando facilitar e diminuir as barreiras para a comunicação. A libras, língua brasileira de sinais, é uma ferramenta útil de comunicação para quem tem deficiência auditiva, mas ela não pode ser utilizada sozinha. É essencial que os estudantes aprendam os dois idiomas para ter mais facilidade na comunicação e compreensão do mundo à sua volta.



Com a finalidade de que o estudante surdo seja totalmente incluído, é necessário que o ambiente escolar seja bilíngue, ensinando a Libras (L1) juntamente com o ensino da Língua Portuguesa (L2). Dessa forma, o estudante terá condições de compreender e se expressar adequadamente em ambas as línguas, sendo garantido sua inclusão social e acadêmica.

A alfabetização do estudante surdo em L2 se torna um desafio aos docentes porque esses estudantes precisam aprender a ler e escrever usando sinais visuais. Além disso, os estudantes surdos podem enfrentar dificuldades no desenvolvimento de habilidades linguísticas básicas, como a compreensão de gramática e vocabulário, devido à falta de exposição à língua portuguesa (L2). Por isso, é importante que os professores estejam preparados para oferecer suporte adicional e adaptar suas técnicas de ensino para atender às necessidades dos estudantes surdos.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006):

A criança surda pode ter acesso à representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização, e a explicação e construção das referências culturais da comunidade letrada. A tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida e efetivamente a primeira língua. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 24).

É fundamental ressaltar que a alfabetização do estudante surdo deve ser iniciada pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua, seguida pela língua portuguesa como segunda língua. Essa abordagem proporciona ao estudante o suporte necessário para a construção do conhecimento, especialmente no que diz respeito à leitura e escrita.

É importante destacar, também, que a utilização de uma metodologia de ensino inclusiva, que considere as necessidades e habilidades linguísticas dos estudantes surdos, resulta em melhores resultados de aprendizagem na língua portuguesa em comparação com as metodologias tradicionais de ensino. Essa metodologia valoriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como base e emprega recursos visuais, táteis e outros que facilitam a compreensão do conteúdo.

Por outro lado, as metodologias tradicionais de ensino podem dificultar o processo de aprendizagem dos estudantes surdos, uma vez que dependem em grande parte da língua oral e escrita. Muitas vezes, as informações são transmitidas apenas de forma oral, o que pode tornar a comunicação escrita inacessível para esses estudantes, levando a dificuldades para acompanhar as aulas e compreender o conteúdo.



Além disso, a ausência de recursos visuais e táteis pode tornar as aulas menos dinâmicas e menos envolventes para esses estudantes. Portanto, a adoção de uma abordagem inclusiva, que valorize a diversidade linguística e utilize recursos adequados, é essencial para promover uma educação de qualidade para os estudantes surdos.

Os estudantes com surdez possuem necessidades específicas de comunicação, requerendo recursos visuais e táteis para compreender e se expressar, já que a língua oral não é a principal forma de comunicação para eles. Diante disso, é imprescindível adotar estratégias que promovam a inclusão desses estudantes no ambiente escolar.

A presença de intérpretes de Libras nas aulas é de extrema importância, pois possibilita a tradução simultânea do conteúdo para a Língua Brasileira de Sinais, permitindo uma comunicação efetiva entre os professores ouvintes e os estudantes surdos. Além disso, a produção de materiais didáticos adaptados também desempenha um papel crucial na inclusão desses estudantes. Vídeos com legendas e recursos visuais, como imagens e gráficos, ajudam a transmitir o conteúdo de forma acessível e compreensível para os estudantes surdos.

É fundamental garantir que os estudantes surdos tenham acesso aos recursos adequados que atendam às suas necessidades linguísticas e promovam sua plena participação no processo educacional. Ao proporcionar um ambiente inclusivo, no qual a comunicação é facilitada e os materiais didáticos adaptados, estamos assegurando que esses estudantes tenham igualdade de oportunidades e possam alcançar seu pleno potencial acadêmico.

Destaca-se, portanto, que a inclusão dos estudantes surdos nas escolas de ensino regular é fundamental para garantir o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas e o acesso ao conhecimento em língua portuguesa. A metodologia inclusiva é uma abordagem que visa principalmente garantir que todos os estudantes, independente de suas habilidades e limitações, tenham acesso ao conteúdo e habilidades necessárias para se desenvolverem plenamente. Nesse sentido, é importante ressaltar que a inclusão não é apenas uma questão de disponibilizar recursos, mas também de reconhecer e valorizar a diversidade presente em sala de aula.

Quando nos deparamos com a educação de estudantes surdos, a importância da metodologia inclusiva se torna ainda mais evidente e necessária. Esses estudantes frequentemente enfrentam desafios significativos no processo de aprendizagem, principalmente quando se trata da comunicação e compreensão da língua portuguesa. Diante dessa realidade, a adoção de uma abordagem inclusiva não apenas visa à inclusão desses



estudantes, mas também assegura que eles tenham acesso aos recursos e estratégias essenciais para superar tais dificuldades e alcançar seu pleno desenvolvimento.

A metodologia inclusiva reconhece e valoriza as habilidades e necessidades específicas dos estudantes surdos, criando um ambiente educacional que se adapta a eles. Essa abordagem considera a língua de sinais, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como uma ferramenta fundamental para a comunicação e o ensino, garantindo que os estudantes surdos possam se expressar plenamente e compreender os conteúdos acadêmicos. Além disso, a utilização de recursos visuais, como imagens, vídeos e materiais didáticos adaptados, auxilia na compreensão e assimilação do conhecimento, proporcionando uma experiência de aprendizado mais eficaz e inclusiva.

Ao adotar a metodologia inclusiva, os educadores reconhecem a singularidade de cada estudante surdo e buscam oferecer um suporte personalizado, que considere suas necessidades individuais. Isso envolve a capacitação dos professores para a utilização de estratégias de ensino diferenciadas, o acesso a recursos pedagógicos especializados e a colaboração com profissionais intérpretes de Libras, que desempenham um papel fundamental na mediação da comunicação entre alunos surdos e professores ouvintes.

Dessa forma, a metodologia inclusiva não apenas quebra as barreiras que os estudantes surdos enfrentam, mas também proporciona um ambiente educacional inclusivo, que promove o pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses estudantes. Ao investir na implementação dessa abordagem, estamos construindo uma educação mais equitativa e acessível, que reconhece a diversidade e potencial de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades auditivas.

Com base na experiência como docente de estudantes surdos, reforçou a necessidade inquestionável de adotar práticas pedagógicas inclusivas como pilar fundamental para garantir o pleno acesso e compreensão do conteúdo por esses estudantes, além de superar as dificuldades enfrentadas por eles ao longo do processo educacional. Foi justamente essa experiência enriquecedora que despertou meu interesse pela temática abordada nesta pesquisa, visto que, ao lidar cotidianamente com dúvidas e questionamentos acerca da alfabetização desses estudantes, tornou-se claro para mim a importância de buscar soluções efetivas que pudessem auxiliá-los em sua jornada educacional.

A interação direta com os estudantes surdos trouxe à tona a realidade de suas necessidades específicas, assim como as barreiras que muitos deles enfrentam no contexto educativo. Foi notável observar que métodos tradicionais de ensino nem sempre atendiam



plenamente às suas demandas e potenciais, evidenciando a necessidade premente de uma abordagem pedagógica inclusiva e adaptada às suas particularidades linguísticas e de comunicação.

Diante desse cenário desafiador, a pesquisa se apresentou como uma oportunidade para aprofundar o conhecimento acerca da alfabetização de estudantes surdos e buscar respostas embasadas para as questões que surgiam em sala de aula. Compreender a importância de estratégias pedagógicas inclusivas e eficazes para o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) aos estudantes surdos foi um ponto crucial para orientar o desenvolvimento deste estudo.

A partir dessa experiência, reconheci que a pesquisa e a busca por soluções mais adequadas para a alfabetização dos estudantes surdos são essenciais para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Dessa forma, espero contribuir não apenas para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também para a transformação da prática educativa, oferecendo subsídios que beneficiem diretamente os estudantes surdos e seus processos de aprendizagem.

Assim, com base na vivência como docente de estudantes surdos, este estudo se apresenta como uma oportunidade de refletir, propor e implementar estratégias pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses estudantes, visando proporcionar-lhes uma educação de qualidade, igualdade e plena participação.

Foi no ano de 2018 que um marco significativo ocorreu na Escola Municipal A, transformando-a em uma escola Polo para estudantes surdos e ampliando sua capacidade de atendimento a essa demanda específica. A partir desse momento, os estudantes surdos encontraram um ambiente acolhedor e inclusivo, onde suas necessidades linguísticas e educacionais foram priorizadas.

Para garantir o sucesso desse novo modelo educacional, a escola contava com um professor bilíngue altamente capacitado, cujo papel era essencial para auxiliar os estudantes surdos durante as aulas regulares. Esse professor, além de dominar a língua portuguesa, também era fluente em Libras, a língua brasileira de sinais, o que possibilitava uma comunicação efetiva e fluida com os estudantes. Essa abordagem bilíngue contribuía para a construção do conhecimento de forma mais significativa, valorizando tanto a língua de sinais quanto a língua escrita.

Além das aulas regulares, os estudantes também participavam do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno escolar. Esse atendimento especializado



tinha como objetivo promover o desenvolvimento linguístico dos surdos, proporcionando-lhes a oportunidade de aprender e se comunicar em Libras de maneira mais aprofundada. Essas aulas eram ministradas por uma instrutora surda, trazendo uma experiência enriquecedora e inspiradora para os estudantes, uma vez que eles tinham a oportunidade de se espelhar em um modelo linguístico e cultural semelhante ao seu.

A combinação do professor bilíngue nas aulas regulares e do Atendimento Educacional Especializado fortalecia a educação inclusiva na escola, promovendo um ambiente de aprendizagem rico em diversidade linguística e cultural. Os estudantes surdos encontraram na Escola Municipal A um espaço onde suas habilidades e potenciais eram reconhecidos e valorizados, permitindo-lhes desenvolver plenamente suas capacidades acadêmicas e sociais.

A transformação da Escola Municipal A em uma escola Polo para estudantes surdos representou um marco importante na história da educação inclusiva no município. Esse modelo educacional, baseado em uma abordagem bilíngue e inclusiva, proporcionou aos estudantes surdos um ambiente propício para o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas, o fortalecimento de sua identidade cultural e a conquista de uma educação de qualidade.

A inclusão de estudantes surdos na escola regular é um processo desafiador que demanda a adoção de medidas pedagógicas adequadas e uma atenção especial às necessidades específicas de cada estudante. Reconhecer a importância da diversidade linguística e cultural é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Nesse contexto, a oferta do Atendimento Educacional Especializado<sup>1</sup> (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no fornecimento de um ensino acessível a todos os alunos na unidade de ensino. O AEE é um serviço especializado que visa atender às necessidades individuais dos estudantes surdos, proporcionando recursos e estratégias pedagógicas específicas para apoiar seu desenvolvimento acadêmico e social.

Por meio do AEE, os estudantes surdos têm a oportunidade de receber um atendimento personalizado, voltado para suas particularidades linguísticas e comunicativas. Esse atendimento especializado pode incluir o ensino da língua brasileira de sinais (Libras), a

---

<sup>1</sup> O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.



adaptação de materiais didáticos, o uso de recursos visuais e táteis, a promoção da comunicação efetiva e o apoio no desenvolvimento das habilidades linguísticas e acadêmicas.

Ao oferecer o AEE, a escola regular demonstra seu compromisso com a inclusão e com a promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes. O acesso a recursos e serviços especializados é essencial para garantir que os estudantes surdos possam participar plenamente das atividades escolares, desenvolver seu potencial e alcançar o sucesso acadêmico.

Além disso, é importante ressaltar que a inclusão não se limita apenas à oferta do AEE, mas envolve também a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância da diversidade e do respeito às diferenças. A sensibilização dos professores, dos colegas de classe e de toda a equipe escolar é essencial para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados.

A inclusão de estudantes surdos na escola regular, aliada ao oferecimento do Atendimento Educacional Especializado, é um passo significativo em direção a uma educação mais inclusiva e igualitária. É por meio desse compromisso e dessas práticas pedagógicas adequadas que podemos construir um ambiente educacional que valorize a diversidade e proporcione oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades individuais.

O objetivo desta dissertação é analisar como a educação bilíngue tem sido implementada nas políticas educacionais, com o intuito de contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva. Para alcançar essa meta, a pesquisa tem objetivos específicos, que envolvem a discussão da questão da educação especial em âmbito internacional, nacional e local, a compreensão da concepção de bilinguismo no conhecimento e a reflexão sobre o histórico da implementação do bilinguismo nas políticas educacionais.

A questão central da presente pesquisa é como os professores podem adaptar suas práticas de ensino para atender às necessidades dos estudantes surdos e garantir o sucesso no processo de alfabetização em língua portuguesa. Para responder a essa pergunta, foi realizada uma pesquisa documental para coletar e analisar documentos legais que visam a inclusão de estudantes surdos no sistema regular de ensino. É importante ressaltar que esta pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que não tem como intuito apresentar dados quantitativos sobre a alfabetização de estudantes surdos.

Como enfatiza Minayo, (2014): “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado [...]”, permitindo assim, obter uma compreensão



significativa das informações obtidas de bases não numéricas. A respeito da pesquisa bibliográfica, Amaral (2007) enfatiza que:

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Com base no exposto acima, observa-se que a pesquisa bibliográfica envolve a busca, seleção, resumo e arquivamento de informações relevantes para a pesquisa em questão. Essas ações orientam a investigação no sentido de abordar questões importantes que ainda não foram respondidas.

A estruturação e organização dessa pesquisa é apresentada de maneira clara e através da divisão em capítulos, cada um abordando temas específicos e contribuindo para a construção do todo. O capítulo que intercorre essa introdução, o capítulo dois, intitulado "Dialogando sobre a educação especial: perspectivas teóricas, contextos e os movimentos sociais", é de extrema importância para a compreensão da trajetória da educação especial. Neste capítulo, será descrita a evolução histórica da educação especial, abrangendo níveis internacionais, nacionais e locais. Além disso, serão discutidos aspectos relevantes relacionados à alfabetização do estudante surdo e a relação entre a educação especial e a formação docente.

No terceiro capítulo, intitulado "O bilinguismo na alfabetização de estudantes surdos: uma abordagem inclusiva para a aprendizagem" é discutida o papel do bilinguismo como uma estratégia fundamental na promoção da inclusão educacional de estudantes surdos, os benefícios do bilinguismo na alfabetização desses estudantes, tais como o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas.

No quarto capítulo é apresentado o Percurso Metodológico do estudo, onde é detalhadamente descrito o processo de investigação utilizado para alcançar os objetivos propostos. Nessa seção, é explicada a escolha pela abordagem qualitativa, que se baseia na análise de documentos para o presente estudo. Além disso, é explicado que a modalidade de pesquisa utilizada foi a bibliográfica e documental, que consiste na análise de fontes escritas, como livros, artigos, teses, entre outros, e documentos, tais como leis, regulamentos, entre outros, permitindo uma análise ampla do tema estudado, através do acesso a variadas fontes.



Os dados coletados ao longo da pesquisa serão apresentados e analisados no quinto capítulo do trabalho. Esta seção será crucial para compreender e interpretar os resultados obtidos, e para estabelecer as conclusões e considerações finais.

No decorrer da análise, serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como o alcance dos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, os dados coletados serão minuciosamente examinados, a fim de que sejam possíveis as conclusões de serem extraídas. Ademais, as considerações finais destacarão as principais contribuições do estudo para a área pesquisada e suas limitações, permitindo uma reflexão sobre o tema abordado.



## **2. DIALOGANDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, CONTEXTOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Neste segmento da pesquisa, será realizada uma análise dos principais aspectos históricos da educação especial ao longo do tempo. Serão abordados os avanços e retrocessos na área, desde as primeiras iniciativas até os dias atuais, destacando as principais tendências e desenvolvimentos ao longo do tempo. Além disso, serão discutidas as políticas públicas relacionadas à educação especial, incluindo as mudanças que ocorreram ao longo dos anos e como elas afetaram a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade.

### **2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Desde os tempos antigos, encontramos relatos científicos que descrevem a condição das pessoas nascidas com deficiência. Infelizmente, essas narrativas costumavam retratá-las como diferentes e, conseqüentemente, eram deixadas à margem da sociedade, entregues à sua própria sorte. A falta de habilidades físicas ou mentais era interpretada como um processo natural de seleção, uma vez que, naquela época, muitos não conseguiam sobreviver às adversidades enfrentadas, resultando em seu abandono explícito.

Essa visão discriminatória refletia a falta de compreensão e empatia em relação às pessoas com deficiência. A sociedade da época não possuía o conhecimento e os recursos necessários para apoiar e incluir esses indivíduos de maneira adequada. Infelizmente, essa atitude de exclusão prevaleceu por séculos, perpetuando estigmas e limitando as oportunidades e os direitos dessas pessoas.

No entanto, ao longo dos anos, a conscientização e a compreensão sobre as pessoas com deficiência começaram a se desenvolver. Movimentos sociais, avanços científicos e mudanças nas mentalidades contribuíram para uma maior valorização da diversidade e para a busca da igualdade de direitos. A partir do reconhecimento de que a deficiência não deve ser vista como uma desvantagem ou motivo de exclusão, foram estabelecidas leis e políticas que visam garantir a inclusão e o respeito aos direitos dessas pessoas.

Na Idade Média, alguns povos eliminavam as pessoas com deficiências, pois acreditavam que essas pessoas tinham uma doença de ordem espiritual, sendo assim, pessoas



consideradas sem cura. Pensavam que a deficiência estava associada à religiosidade. Conforme Mazzotta 2005:

A própria religião com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA, 2005, p. 16)

Durante a Idade Moderna, especialmente na área da Medicina, houve um aumento no interesse em relação aos indivíduos com deficiência à medida que o conceito de diferenças individuais foi gradativamente se desenvolvendo.

Na Europa, surgiram as primeiras medidas educacionais para indivíduos com deficiência, que foram posteriormente adotadas pelos Estados Unidos, Canadá e outros países, incluindo o Brasil. No contexto brasileiro, as primeiras ações de assistência a pessoas com deficiência datam do final do século XVIII e início do século XIX.

De acordo com Mantoan (2001), a educação especial no Brasil teve seu início no século XIX, quando alguns indivíduos passaram a oferecer serviços para atender às necessidades das pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, inspirados por experiências europeias e americanas, porém, não faziam parte de políticas públicas na área da educação.

Durante esse período, em 1854, foi criado no Rio de Janeiro o Instituto dos Meninos Cegos. Em 1855, chegou ao Brasil Eduard Huet<sup>2</sup>, um professor surdo com experiência em mestrado e cursos realizados em Paris. Sob a tutela de D. Pedro II, ele fundou uma escola para surdos, que recebeu o nome de Instituto Imperial de Surdos-Mudos (ISM) e posteriormente, passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A partir do século XX, as mudanças em relação à educação especial começaram a acontecer. Mas, ainda, no começo deste século, as pessoas com deficiências ainda eram excluídas da sociedade. As pessoas com deficiência eram geralmente encaminhadas para instituições que se assemelhavam a asilos, na tentativa de se equiparar o máximo possível às

---

<sup>2</sup> Eduard Huet, ou Ernest Huet tem uma imensa importância para a comunidade surda brasileira e para a história da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Em 1857, no dia 26 de setembro, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos. A maior incumbência de Ernest Huet era ensinar e aplicar a metodologia para a educação de surdos que era adotada na Europa, sobretudo na França. Nos primeiros anos, o instituto atendia apenas meninos. No entanto, com o passar do tempo, as meninas também passaram a ser atendidas. Atualmente, a escola fundada por Huet tem o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES.



peessoas consideradas normais. Este século foi marcado por movimentos sociais que reivindicavam igualdade de direitos para todas as pessoas, incluindo medidas para garantir o acesso à educação para todos.

De acordo com Marchesi (2004):

A educação especial viveu diversas e profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, incorporou-se aos poucos, ao sistema educacional regular e buscou fórmulas que facilitassem a integração entre os alunos com alguma deficiência. (MARCHESI, 2004. p. 15)

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), marcando um importante momento histórico na garantia dos direitos humanos. Dentre os artigos da Declaração, o artigo 26 especificamente afirma que "toda pessoa tem direito à educação" (DECLARAÇÃO1948, 2019, p.5) o que foi fundamental para assegurar o direito à educação também para pessoas com necessidades especiais.

Anteriormente, antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação era negada às pessoas com deficiências, privando-as do acesso às mesmas oportunidades educacionais disponíveis para aqueles sem deficiências.

A inclusão do direito à educação na Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um passo significativo para assegurar que as pessoas com necessidades especiais fossem incluídas e tivessem acesso a uma educação de qualidade. Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem uma importância histórica para a promoção dos direitos humanos e a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade.

A partir da década de 1960, esses movimentos se fortaleceram ainda mais e promoveram mudanças amplas, defendendo a igualdade de direitos para todos, incluindo o direito ao acesso às instituições de ensino regulares. Essas mudanças foram um divisor de águas na história da educação, tendo em vista que até então ela era exclusivamente voltada para um grupo social específico. Com a expansão da educação, abriu-se espaço para que todas as pessoas tivessem acesso a uma educação de qualidade.

No ano de 1972, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) instituiu o Grupo-Tarefa de Educação Especial, para estruturar a Educação Especial no Brasil. Como resultado, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que posteriormente se tornou a Secretaria de Educação Especial (SEESP). No entanto, a SEESP foi extinta pelo Decreto 7.480/11 e vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que também foi extinta em 2016.



Kassar (2011) ressalta que:

Esse período foi decisivo para o início da formatação da Educação Especial como uma política de estado, com a criação de um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que passou a ter a responsabilidade de formular e impulsionar as ações de Educação Especial no Brasil. A criação deste órgão e a implantação de suas ações encontraram subsídio na perspectiva desenvolvimentista adotada pelo regime militar à época. (KASSAR, 2011, p. 45).

Ao fundar o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), os técnicos responsáveis por implementar a Educação Especial estavam ligados às instituições da Fundação Pestalozzi<sup>3</sup> e APAE<sup>4</sup>.

De acordo com Silva (2017):

Todavia, a filantropia esconde seu significado ideológico na assistência social por meio da qual direciona-se aos segmentos da população que vivem sob o signo da exclusão social, neste caso, da pessoa com deficiência, mas não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade (MESTRINER, 2008). O Estado fez com que a assistência social transitasse sempre no campo da solidariedade, filantropia e benemerência, princípios que nem sempre representam direitos sociais, mas apenas benevolência paliativa” (MESTRINER, 2008, apud SILVA, 2017, p.20).

Na década de 80, com a transição do período da ditadura militar para um governo democrático, houve um aumento nas manifestações sociais. Durante a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, as manifestações públicas eram fortemente reprimidas. Com a transição para um governo democrático, a população brasileira pode exercer sua liberdade de expressão e reunir-se publicamente para reivindicar seus direitos e lutar por mudanças sociais.

Esse período foi marcado por diversas mobilizações populares, como as Diretas Já, em 1984, que exigia eleições diretas para presidente após um longo período de escolha indireta pelos membros do Congresso Nacional. Outras manifestações ocorreram em defesa dos direitos trabalhistas, da reforma agrária, da liberdade de imprensa e do meio ambiente, entre outros temas relevantes.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre seus objetivos principais, o de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação" (artigo 3º, inciso IV). Segundo o artigo 205, a educação é

---

<sup>3</sup> A Fundação Pestalozzi foi fundada em várias cidades do Brasil. É uma instituição de caráter filantrópico, destinada ao amparo de crianças e adolescentes com deficiência auditiva e mental.

<sup>4</sup> Em 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. A APAE do Rio de Janeiro foi a primeira de muitas APAES no país.



considerada um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento humano, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. O artigo 206, inciso I da Constituição Federal de 1988 enuncia a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um princípio do ensino. Além disso, o artigo 208 determina que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado, priorizando a rede regular de ensino.

Mantoan (2015) alerta que, no texto da Constituição:

Não se usam adjetivos para garantias à educação. Parte do princípio de que educação e acesso à escola é um direito de todos, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão da sua origem, raça, cor, sexo, idade ou deficiência. Essa interpretação já seria suficiente para que não se negasse a nenhum indivíduo com ou sem deficiência o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. (MANTOAN, 2015, p. 39).

A Constituição de 1988 é um marco importante na história da educação especial, pois foi a primeira a reconhecer a igualdade de direitos das pessoas com deficiência. Isso significa que a Constituição garantiu às pessoas com deficiência o acesso à educação, ao trabalho, à cultura, ao esporte e ao lazer, priorizando a igualdade de condições.

Na década de 90, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (DME) foi adotada, sendo considerada um marco histórico na luta pela educação como direito universal. Embora a Declaração Mundial sobre Educação para Todos seja um marco importante na luta pela educação como direito universal, é importante ressaltar que ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir o acesso das pessoas com deficiência, como o acesso à tecnologia assistiva, à formação de professores, à acessibilidade física das escolas e à otimização dos materiais didáticos. É importante que os princípios da Declaração Mundial sobre Educação para Todos sejam aplicados de forma mais ampla e abrangente, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua deficiência ou limitação, tenham acesso igualitário à educação de qualidade. Isso inclui o cumprimento das leis que vise o desenvolvimento integral desses indivíduos e a de recursos e tecnologias assistivas para apoiar a educação desses indivíduos.

Em 1994 foi adotada pelos ministros de educação da União Europeia e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Declaração de Salamanca.



A Declaração de Salamanca<sup>5</sup> é um documento internacional fundamental para a promoção da educação inclusiva, estabelecendo princípios e diretrizes essenciais para a educação de crianças com deficiência. A declaração procura garantir que todas as crianças tenham acesso a uma abordagem inclusiva e igualitária na educação. A Declaração de Salamanca destaca a importância da colaboração e do apoio de pais, professores e profissionais da área, além da utilização de tecnologias e da flexibilidade do currículo para atender às necessidades individuais dos estudantes. A preparação dos estudantes para a vida adulta também é enfatizada na declaração e reforça a importância de uma educação que desenvolva habilidades para a autonomia e a independência

Ainda na década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, vem para reforçar os princípios já estabelecidos na Constituição Federal, na garantia dos estudantes com deficiência. O Estatuto garante no artigo 54 inciso III que as pessoas com deficiência tenham acesso ao atendimento educacional especializado (AEE), na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN- Lei nº 9394/96) vem também reafirmar a garantia de direitos aos estudantes com deficiência, no artigo 59. Conta neste artigo que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos e organização adequados para atender às necessidades dos alunos,

A partir dos anos de 2011 a 2014, as políticas educacionais estabelecidas foram mantidas e houve aumento nos investimentos na Educação Especial, no que inclui a criação de salas de recursos multifuncionais e formação de professores. No entanto, o decreto 7.611/2011 ampliou a participação do setor privado na oferta de Educação Especial. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014, com 20 metas e estratégias para garantir a universalização do acesso à educação básica até 2024.

Segundo Costa e Silva (2022)

O plano divide-se em 4 Blocos:

- 1º Bloco de metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da

---

<sup>5</sup> Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.



escolaridade e das oportunidades educacionais. Compreende tratando-se das metas 1,2,3,5,6,7,9, 10, 11.

- 2º Bloco de metas voltado especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. Compreende as metas 4 e 8.
- 3º Bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação: 15, 16, 17, 18.
- 4º Bloco de metas refere-se ao ensino superior, que, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estaduais. Metas 12, 13 e 14. (COSTA E SILVA, 2022, p. 22)

A meta 4 do Plano Nacional de Educação<sup>6</sup> (PNE) trata a “[...] garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014, p.11). Ela reafirma a participação ativa das instituições privadas e assistenciais na oferta de atendimento educacional especializado. Isso significa que o dinheiro público será direcionado para instituições privado-assistenciais em vez de ser investido no programa de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas regulares.

Entre os anos de 2016 e 2021, a educação especial no Brasil sofreu uma redução de recursos destinados às redes públicas de ensino, como resultado de ajustes orçamentários impostos por articulações políticas internacionais. De acordo com Garcia e Michels (2021), esta tendência começou com a Agenda Educação 2030 divulgada pela Unesco (2015), que destaca a importância da educação ao longo da vida e práticas cotidianas.

Partindo do Decreto 10.502/2020, que estabelece a "Política Nacional de Educação Especial (2020): Equitativa Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida" (BRASIL, 2020), houve um novo movimento no que tange a exclusão de estudantes de educação especial das escolas de ensino regular, com a justificativa do direito de escolha da família, mas, na verdade, decorre da carência estrutural e pela falta de qualificação dos professores para atender adequadamente essa demanda nas escolas de ensino regular, conforme Garcia e Michels (2021):

Tal decreto foi proposto com vistas a desmontar condições já desfavoráveis de desenvolvimento humano para as pessoas com deficiência na relação com a educação escolar, acompanhando outros ajustes realizados no Brasil como a reforma da previdência, a revisão das pensões e dos benefícios de prestação continuada, os contingenciamentos e condicionamentos orçamentários para a educação, a reforma trabalhista e a própria condução dos processos decorrentes da pandemia do Covid-19, apenas para mencionar alguns dos ataques à classe trabalhadora nesse momento. O referido decreto está sustentado em princípios economicamente liberais e

---

<sup>6</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.



politicamente conservadores, defendendo para a educação especial a segregação dos estudantes da educação especial, o que significa historicamente um processo de desescolarização. (GARCIA; MICHELS, 2021, p. 16)

Nota-se, portanto, que o Decreto 10.502/2020 foi proposto para agravar as condições já adversas de desenvolvimento humano para as pessoas com deficiência no que diz respeito à educação escolar.

No dia 1º de outubro de 2020, o Governo Federal, publicou o Decreto nº 10.502 no Diário Oficial da União que institui a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que busca ser equitativa, inclusiva e proporcionar aprendizado ao longo da vida. Segundo o documento, houve a supressão da obrigatoriedade da escola regular de matricular estudantes com deficiência, permitindo assim que eles possam voltar a frequentar escolas especializadas.

A emissão do Decreto nº 10.502 originou muitas declarações públicas e condenações de estudiosos e instituições científicas envolvidas na área de educação especial e inclusiva, ilustrando as discrepâncias entre a iniciativa e as realizações e conclusões de investigações e pesquisas acadêmicas no campo. (ABPEE; ANPED, 2020). A publicação do decreto foi amplamente conhecida como "Decreto da Exclusão" e gerou fortes reações negativas e intensas análises críticas.

No entanto, é importante destacar que existem iniciativas locais que buscam garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Um exemplo é o Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Criciúma, que é uma referência para a educação local. Desenvolvido por meio de uma abordagem democrática, o Plano Municipal de Educação estabelece metas e estratégias para a educação especial, sendo uma fonte confiável de informações para garantir que a educação do município seja conduzida com objetivos claros e metas alcançáveis.

O Plano Municipal de Educação é uma fonte de informações que garante que a educação do município esteja alinhada com os objetivos e metas estabelecidos para o período entre 2015 e 2024.

Dentre as metas inscritas pelo Plano Municipal de Educação, é importante destacar a meta 4, que aborda a educação especial e as estratégias que devem ser integradas para garantir a educação adequada para estudantes com deficiência. Essa meta é fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE),



preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (CRICIÚMA, 2015, p. 41)

Destaca-se, portanto, que a garantia de um sistema educacional inclusivo é essencial para promover a igualdade de oportunidades e a integração social dos indivíduos com deficiências. O ensino regular, apoiado por salas de recursos multifuncionais e classes ou escolas especializadas, é uma medida positiva para assegurar o sucesso educacional dessas crianças. É importante ressaltar que o acesso à educação de qualidade é um direito fundamental para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais.

O Plano Municipal de Educação de Criciúma<sup>7</sup> é um documento que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no município, que visa garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os estudantes, o acesso, a permanência e o sucesso desses estudantes na rede regular de ensino.

Para alcançar esses objetivos, o Plano Municipal de Educação, prevê a garantia de suporte aos professores com a ajuda de profissionais especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos, salas de recursos multifuncionais adaptados, formação continuada aos profissionais envolvidos no atendimento educacional especializado. Também se destaca a oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua. (CRICIÚMA, 2015, p. 41, 42).

Portanto, o Plano Municipal de Educação do município de Criciúma é um instrumento que prima por uma educação de qualidade e inclusiva na cidade. Sua implementação requer o engajamento e colaboração de toda a comunidade, incluindo gestores, educadores, alunos e familiares. A efetivação das metas e estratégias propostas no plano poderá contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, fundamentada no acesso ao conhecimento e na valorização da educação como direito fundamental.

---

<sup>7</sup> O Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024) de Criciúma foi elaborado com a mobilização da sociedade e é composto por 21 metas e 250 estratégias que tratam sobre todos os níveis da educação no âmbito municipal.



## 2.2. OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

A história da educação especial municipal teve seu início na década de 1960, com a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais<sup>8</sup> (APAE). Ao longo dos anos, essa instituição passou por evolução e ampliou os atendimentos oferecidos aos estudantes e conquistou uma sede própria. Além disso, é notável o crescente reconhecimento e valorização da APAE pela população, o que evidencia a importância do trabalho realizado em prol da inclusão e do desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Essa trajetória de progresso reflete o compromisso e a dedicação de todos os envolvidos na promoção de uma educação especial de qualidade.

### LINHA DO TEMPO DA APAE DE CRICIÚMA

1967 - É criada a Associação Criciúmensense de Reabilitação, para atender pessoas com deficiência (1967) física e mental. O movimento foi iniciado dentro do Rotary, por Benedito Narciso da Rocha, mas, por falta de apoio, não foi oficializado. Nesse mesmo ano, começa a caminhada para a criação da Apae de Criciúma. 1.968 - Um ano após os primeiros passos, Criciúma passa a contar com uma Apae, fundada no dia 17 de julho, em uma sala da Loja Maçônica. 1.969 - No dia 1º de agosto, a Escola "Caminho da Luz" - cuja mantenedora é a Apae - inicia as atividades em uma casa cedida pela CBCA, localizada no bairro Santa Bárbara. Nesta época, ela possuía seis alunos matriculados. 1.989 - Em 4 de agosto, a escola conta com uma nova "casa". A partir desse dia, ela passa a funcionar no prédio onde seria o Hospital Geriátrico, cedido pela Caixa Econômica Federal. Posteriormente, o imóvel, localizado no bairro Pinheirinho, tornou-se sede própria. (TNSUL, 2018)

A instituição possui uma longa história de dedicação e compromisso com o atendimento aos estudantes com deficiência, estabelecendo-se como referência nesse campo ao longo de mais de cinco décadas. Ao longo desse período, a instituição tem se empenhado em renovar constantemente práticas e técnicas, buscando sempre oferecer o melhor atendimento e suporte aos seus alunos. Essa busca incessante pela excelência e pela evolução contínua é uma das principais características que a distinguem, destacando-a como uma instituição renovada e inovadora.

---

<sup>8</sup> É uma entidade particular de caráter filantrópico sem fins lucrativos. Atende pessoas na faixa etária de 0 anos a idade adulta com deficiência intelectual e múltipla, síndromes, atraso global do desenvolvimento, entre outras. Possui convênio com o governo municipal, estadual, Fundação Catarinense de Educação Especial, Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina e conta com o apoio de parcerias de toda comunidade.



O cinquentenário da Apae de Criciúma não teria o mesmo brilho e a mesma importância sem a participação dos personagens principais dessa história: os alunos. Se não fosse por essas crianças e adultos, cheios de garra e de amor, esse trabalho jamais chegaria ao patamar que alcançou. São pessoas cuja instituição é uma segunda casa, formando uma verdadeira família apaeana. (TNSUL, 2018. n.p).

Muitos desses estudantes são frequentadores assíduos da instituição ao longo de décadas, desde o seu surgimento. Ao longo desse tempo, a entidade realiza um trabalho adaptado e personalizado, oferecendo uma ampla gama de ferramentas e recursos para proporcionar assistência abrangente às crianças, adolescentes e adultos atendidos. A APAE desempenha um papel fundamental nas áreas de assistência, saúde e educação e atua de forma integrada para garantir o pleno desenvolvimento intelectual e pessoal dos estudantes. Com uma equipe de profissionais especializados e multidisciplinares, a instituição promove uma abordagem holística, que atenda às necessidades individuais de cada estudante e forneça suporte em todas as áreas relevantes para o seu crescimento e bem-estar.

Com mais de meio século de experiência em atender a estudantes com deficiência, a instituição tem se destacado pela constante busca por inovação e renovação, tanto no aspecto técnico quanto no atendimento prestado aos seus estudantes. Este compromisso com a excelência é uma das suas principais características, que se reflete na forma como atende aos seus estudantes. Para garantir um ensino eficaz e personalizado, a instituição oferece atendimento individualizado a cada estudante, incluindo estimulação adequada para as crianças com até 5 anos, e a participação em oficinas e atividades em grupo para os estudantes mais velhos.

A entidade presta também alguns serviços de assistência para as famílias carentes, como: doação de cestas básicas e agasalhos.

Algumas características da Apae de Criciúma: A associação conta, atualmente, com 287 alunos matriculados; É uma entidade particular, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos; A instituição atende desde bebês até pessoas na idade adulta, que tenha deficiência intelectual e múltipla, síndromes, atraso global do desenvolvimento, entre outras; Possui sede própria e diversos ambientes, como salas, parque, quadras esportivas, biblioteca, piscinas, oficina de órteses e refeitório; A Apae serve, por mês, aproximadamente 20 mil refeições aos alunos; Ela trabalha focada no currículo funcional, buscando a independência e autonomia do educando; Aproximadamente 80 funcionários trabalham na Apae; A associação realiza atendimentos, acompanhamentos e orientações nas áreas da saúde, educação e assistência; Atualmente, tem como um “carro-chefe” o programa voltado à prevenção de deficiências, conscientizando a população sobre o assunto; Conta com uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais capacitados na área de fonoaudiologia, pedagogia, fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, odontologia, assistência social, psicologia e medicina. (TNSUL, 2018. n.p)



A instituição é amplamente reconhecida e valorizada pelos pais e responsáveis dos estudantes como um ambiente acolhedor e seguro. Essa reputação é construída através do comprometimento e dedicação dos professores altamente capacitados, que demonstram um profundo engajamento na formação e no bem-estar dos estudantes.

Além disso, a instituição oferece um leque abrangente de atividades e oportunidades de desenvolvimento, criando um ambiente estimulante e propício para o aprendizado. Desde atividades esportivas e artísticas até programas de inclusão social e apoio psicopedagógico, a instituição se empenha em fornecer uma variedade de experiências enriquecedoras para seus estudantes. Essa abordagem abrangente contribui para que a instituição se torne um espaço acolhedor e hospitaleiro para todos os estudantes e suas famílias, proporcionando um senso de segurança, pertencimento e confiança mútua.

### 2.3 A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA POLO PARA ESTUDANTES SURDOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC

No ano de 2018, no município de Criciúma, foi implantada a escola Polo de Surdos. A instituição visa atender estudantes com surdez de maneira especializada, suprir as necessidades educacionais e contribuir para o desenvolvimento social e acadêmico. A instituição adota uma abordagem bilíngue, ensinando a língua de sinais e a língua escrita de forma concomitante, o que permite aos estudantes a aquisição de duas línguas e uma maior integração com a sociedade. Além disso, a escola possui profissionais capacitados, com formação específica para trabalhar com estudantes surdos. De modo geral, a escola polo para estudantes surdos é uma referência na educação especial no município e tem como missão promover a inclusão e a autonomia dos estudantes com surdez.

A escola foi selecionada por possuir infraestrutura adaptada para atender estudantes com surdez, incluindo uma sala específica para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As aulas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são oferecidas pela escola e funcionam durante o período oposto ao horário escolar e são personalizadas para atender às necessidades individuais de cada estudante, e garante assim, um atendimento de qualidade e inclusivo.

É importante destacar que as atividades realizadas no AEE se diferem das atividades realizadas na sala de aula convencional, e que este atendimento tem a função complementar ou suprir a formação dos alunos, contribuindo para a sua autonomia e independência tanto



dentro quanto fora da escola (BRASIL, 2008, p. 10). É importante ressaltar que o atendimento no AEE não é substitutivo à escolarização.

Percebe-se na informação supracitada, que o atendimento nas salas do AEE é um atendimento de caráter complementar nas instituições de ensino regular, de essencial importância para o desenvolvimento do estudante que o frequenta, o que proporciona a esses estudantes, um maior entendimento dos assuntos trabalhados na sala de aula regular.

A ideia de implantação da escola partiu da secretaria de educação do município, que reconheceu a importância de uma educação inclusiva e igualitária para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. Após extensas discussões e um cuidadoso planejamento, a escola foi estabelecida para atender a essa demanda crescente de estudantes, tornando-se um marco significativo no avanço da educação inclusiva na região.

A implantação deste projeto na instituição em questão foi motivada pela necessidade de reunir os estudantes surdos em um local específico, a fim de proporcionar-lhes uma educação completa e integrada. O objetivo principal deste projeto é possibilitar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da língua portuguesa, permitindo que os estudantes interajam com pessoas ouvintes e ampliem seus horizontes sociais e culturais. Assim, o projeto visa a promover a inclusão social e a integração destes estudantes, oferecendo-lhes uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades.

Com o intuito de aprimorar ainda mais o processo de ensino e aprendizagem e promover uma comunicação mais efetiva entre os professores e os estudantes, a escola tomou uma decisão importante: implementar aulas regulares de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Reconhecendo a importância da inclusão e da acessibilidade linguística, essa medida visa atender às necessidades dos estudantes surdos e promover a inclusão linguística de todos os alunos.

Inicialmente, as aulas de Libras foram introduzidas na matriz semanal da escola, sendo ministradas uma vez por semana no início das aulas. Essa abordagem proporcionou aos estudantes a oportunidade de aprenderem a língua de sinais, desenvolver habilidades comunicativas e se familiarizar com a cultura surda. Os resultados obtidos foram extremamente positivos, tanto para os estudantes surdos, que puderam se expressar e se comunicar mais facilmente, quanto para os demais estudantes, que tiveram a oportunidade de vivenciar a diversidade linguística e cultural.

Diante do sucesso dessa iniciativa e da evidente importância da Libras no contexto escolar, a escola decidiu ir além e incorporar as aulas de Libras de forma integral na grade



curricular da escola juntamente com as aulas de Língua Portuguesa. Dessa forma, os estudantes tiveram a oportunidade de ter aulas regulares de Libras na grade semanal do currículo escolar no contexto do ensino regular. Essa medida proporcionou um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado conjunto, em que todos os estudantes puderam se beneficiar do contato direto com a Língua Brasileira de Sinais e aprimorar suas habilidades comunicativas nesse meio.

Além de promover a inclusão e a acessibilidade linguística, as aulas regulares de Libras também contribuíram para a conscientização e valorização da diversidade cultural e linguística presente na escola. Os estudantes tiveram a oportunidade de desenvolver uma visão mais ampla e respeitosa em relação à surdez e à comunidade surda, além de adquirirem competências comunicativas que serão valiosas em sua vida pessoal e profissional.

Essa decisão representa um importante avanço rumo à inclusão e acessibilidade dos estudantes, pois não apenas promove a comunicação efetiva entre professores e estudantes, mas também cria um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos. Ao adotar medidas que garantem a participação plena dos estudantes, independentemente de suas habilidades ou deficiências, a escola está fortalecendo os valores de igualdade e respeito. Essa iniciativa não apenas beneficia os estudantes com deficiências, mas também enriquece a experiência educacional de todos, promovendo a diversidade e a valorização da individualidade. Dessa forma, a escola se torna um exemplo inspirador de como a inclusão e a acessibilidade podem ser alcançadas e vivenciadas no ambiente educacional.

A incorporação de aulas de Libras em um ambiente escolar representa uma medida de extrema importância, cujo objetivo principal é assegurar a inclusão e o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência auditiva. Essa iniciativa visa fornecer a esses estudantes as ferramentas linguísticas necessárias para que possam se comunicar e aprender de maneira eficiente, promovendo assim a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua condição auditiva.

Ao implementar as aulas de Libras, a escola reconhece a importância da acessibilidade comunicativa e se compromete a oferecer um ambiente inclusivo, no qual todos os alunos possam se expressar e se relacionar de forma eficaz. A língua de sinais se torna, nesse contexto, uma ponte fundamental para a comunicação entre os estudantes surdos e o restante da comunidade escolar.

Ao adquirirem proficiência em Libras, os estudantes surdos têm a oportunidade de se comunicar de maneira mais eficiente, o que não apenas facilita a interação com seus colegas e



professores, mas também lhes confere maior autonomia em sua jornada educacional e em suas vidas. A linguagem é uma ferramenta essencial para a expressão de ideias, pensamentos e emoções, e ao proporcionar aos estudantes surdos o acesso a uma língua que lhes seja natural, a escola está abrindo portas para que possam se desenvolver plenamente em todos os aspectos de suas vidas.

Além disso, a presença das aulas de Libras no currículo escolar contribui para a valorização da cultura surda e para o respeito à diversidade linguística e cultural. Ao aprenderem a língua de sinais, os estudantes ampliam seu conhecimento sobre uma comunidade linguística específica, sua história, seus costumes e suas particularidades. Isso fortalece a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual todas as formas de comunicação e expressão são valorizadas.

Nesse sentido, a incorporação das aulas de Libras no ambiente escolar vai além da adaptação curricular. Trata-se de um compromisso em promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. É uma forma de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, na qual possam se desenvolver plenamente e contribuir de forma significativa para a sociedade.

Damázio (2005) enfatiza a importância da aprendizagem do estudante surdo:

Mais do que uma língua, as pessoas com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e exercitem a capacidade cognitiva desses alunos. Obviamente, são pessoas que pensam, raciocinam e que precisam como os demais de uma escola que explore suas capacidades, em todos os sentidos (DAMÁZIO, 2005, p. 113).

É de suma importância reconhecer que a surdez não constitui uma limitação cognitiva, e que as pessoas com essa deficiência têm plena capacidade de aprender e se desenvolver, assim como qualquer indivíduo. É imprescindível que a educação esteja orientada para explorar as habilidades e potencialidades desses estudantes, proporcionando-lhes um ambiente inclusivo e adaptado às suas necessidades.

Ao compreendermos que a surdez não define a inteligência ou o potencial de uma pessoa, rompemos com estereótipos e preconceitos que podem limitar o acesso desses indivíduos a uma educação de qualidade. É fundamental que os educadores estejam cientes de que cada estudante surdo é único, com suas próprias características, interesses e formas de aprendizagem.

A educação inclusiva deve abraçar a diversidade e promover práticas pedagógicas que valorizem as habilidades e potencialidades individuais dos estudantes surdos. Isso implica em



adotar estratégias e recursos específicos, como o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a adaptação de materiais didáticos, a implementação de tecnologias assistivas e a formação adequada dos professores.

Ao oferecer um ambiente educacional inclusivo e direcionado ao desenvolvimento pleno dos estudantes surdos, estamos proporcionando-lhes as condições necessárias para que alcancem todo o seu potencial acadêmico e pessoal. Essa abordagem requer não apenas a adaptação dos métodos de ensino, mas também a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

É importante ressaltar que o sucesso educacional dos estudantes surdos não está relacionado apenas à sua capacidade de aprender, mas também ao apoio e suporte oferecidos pela comunidade escolar como um todo. É necessário envolver os professores, os colegas de classe e os familiares na construção de um ambiente inclusivo, no qual a surdez seja compreendida e aceita, e no qual todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver.

Portanto, a compreensão de que a surdez não representa uma limitação cognitiva, aliada a uma educação inclusiva que valorize as habilidades e potencialidades dos estudantes surdos, é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e proporcionar uma educação de qualidade a todos. Ao reconhecer e explorar o talento e o potencial de cada aluno surdo, estamos construindo uma sociedade mais inclusiva, que valoriza a diversidade e oferece igualdade de acesso e participação a todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças.

Quando os ambientes educacionais são verdadeiramente inclusivos e proporcionam estímulos adequados, os estudantes com surdez têm a oportunidade de desenvolver plenamente suas habilidades cognitivas e emocionais. Isso os capacita a se tornarem indivíduos críticos, criativos e preparados para enfrentar os desafios do presente e do futuro com confiança e determinação.

Uma educação inclusiva, que reconhece e valoriza as capacidades individuais de cada estudante, é o alicerce para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora. É por meio dessa abordagem que podemos alcançar um nível mais elevado de inclusão, promovendo o pleno desenvolvimento de todos os seus membros, independentemente de suas habilidades ou características individuais.

Ao fornecer um ambiente educacional que atenda às necessidades específicas dos estudantes surdos, abrangendo não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais e



sociais, estamos oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para se tornarem participantes ativos e engajados em sua própria educação. Isso inclui o acesso a materiais didáticos adaptados, o uso de tecnologias assistivas, a presença de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a promoção de uma cultura escolar inclusiva, na qual todos se sintam valorizados e respeitados.

Ao empoderar os estudantes com surdez, estamos rompendo com estereótipos e preconceitos, e capacitando-os a enfrentar os desafios que possam surgir em seu caminho. Eles são capazes de desenvolver suas habilidades cognitivas, expressar suas emoções e se comunicar efetivamente com os outros, contribuindo ativamente para o ambiente escolar e para a sociedade como um todo.

Além disso, uma educação inclusiva que valoriza as capacidades individuais dos estudantes surdos não apenas os beneficia individualmente, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos. Ao interagir com colegas que possuem diferentes habilidades e perspectivas, os estudantes têm a oportunidade de aprender com as diferenças, desenvolver empatia e construir relacionamentos baseados na compreensão e no respeito mútuo.

É fundamental investir em práticas pedagógicas inclusivas, que estimulem o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais dos estudantes surdos. Ao fazer isso, estamos construindo uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade de habilidades, promove a inclusão de todos e oferece oportunidades igualitárias de crescimento e realização pessoal.



### **3. O BILINGUISMO NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA PARA A APRENDIZAGEM**

Neste segmento da pesquisa, será discutido o tema do bilinguismo na alfabetização de estudantes surdos, com um enfoque especial na adoção de uma abordagem inclusiva para a aprendizagem. Será enfatizada a importância de valorizar a língua de sinais como primeira língua, reconhecendo-a não apenas como uma forma de comunicação, mas também como parte integral da identidade e cultura surdas. Além disso, será explorada a relevância da língua portuguesa escrita como segunda língua, proporcionando uma base sólida para a aquisição das habilidades de leitura, escrita e comunicação dos estudantes surdos no contexto educacional. Essa abordagem bilíngue e inclusiva visa promover uma educação mais abrangente e adequada às necessidades específicas dos estudantes surdos, garantindo assim seu pleno desenvolvimento e participação ativa na sociedade.

#### **3.1 VALORIZANDO A LÍNGUA DE SINAIS E A LÍNGUA ESCRITA COMO FERRAMENTAS PARA A ALFABETIZAÇÃO**

Este capítulo explora a importância de reconhecer e valorizar tanto a língua de sinais quanto a língua escrita como ferramentas essenciais para a alfabetização, com ênfase particular no conceito de bilinguismo.

“A proposta do bilinguismo<sup>9</sup> foi importada da Suécia, em 2000, e a abordagem bilíngue se propõe a educar as pessoas com Surdez por intermédio de duas vertentes: a Língua Brasileira de Sinais (L1) e a Língua Portuguesa (L2)” (HONORA, 2014, p. 92).

O bilinguismo é uma abordagem educacional que busca capacitar pessoas com surdez a utilizar duas línguas distintas de forma fluente e eficaz: a língua de sinais (L1) e a língua portuguesa (L2). Essa abordagem ganhou maior destaque e estruturação após a regulamentação da Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) pelo Decreto 5.626/05, que reconheceu a importância dessa língua na comunicação e no acesso ao conhecimento por parte das pessoas surdas.

---

<sup>9</sup> A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: A língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. As propostas educacionais começam a estruturar-se a partir do Decreto 5 626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais).



A língua de sinais, como a Libras, é a língua natural dos surdos e desempenha um papel fundamental em sua comunicação e interação com o mundo ao seu redor. Ela possui estrutura gramatical própria e permite uma expressão rica e complexa, proporcionando aos surdos a oportunidade de se comunicarem de forma efetiva e autônoma dentro da comunidade surda.

Além disso, o bilinguismo inclui o desenvolvimento da língua portuguesa como segunda língua, permitindo que os estudantes surdos se tornem proficientes tanto na língua de sinais quanto na língua escrita. Essa abordagem visa proporcionar uma base sólida para a aquisição do conhecimento em diferentes áreas do currículo escolar, bem como para a comunicação com a comunidade ouvinte.

Ao adotar o bilinguismo, as escolas reconhecem e valorizam a identidade linguística e cultural dos estudantes surdos, oferecendo-lhes um ambiente educacional que promove a igualdade de oportunidades e a inclusão. Através dessa abordagem, os estudantes surdos têm acesso a uma educação de qualidade, na qual suas habilidades linguísticas e cognitivas são plenamente desenvolvidas.

É importante ressaltar que o bilinguismo não se trata apenas de aprender duas línguas separadamente, mas de integrá-las em um contexto educacional significativo e estimulante. Isso inclui o uso da língua de sinais como meio de instrução, a presença de professores fluentes em Libras, a adaptação dos materiais didáticos para atender às necessidades dos estudantes surdos e o estímulo à prática da língua portuguesa oral e escrita.

O bilinguismo proporciona benefícios significativos para os estudantes surdos, como o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita, compreensão e expressão em ambas as línguas, a ampliação de suas possibilidades de comunicação e interação social, bem como a valorização de sua identidade e cultura.

O bilinguismo é uma abordagem educacional que visa capacitar pessoas com surdez a utilizar plenamente a língua de sinais e a língua portuguesa, promovendo a inclusão, o acesso ao conhecimento e a formação de indivíduos bilíngues e culturalmente ricos. Essa abordagem reflete a valorização da diversidade linguística e o respeito aos direitos e potenciais das pessoas surdas na sociedade.

Na abordagem bilíngue, o português é ensinado como segunda língua, na modalidade escrita. Com isso, a educação dos surdos se torna bilíngue e eles passam a ter acesso ao conhecimento em ambas as línguas.

Embora a abordagem bilíngue seja uma prática relativamente recente no contexto



brasileiro, sua adoção tem ganhado cada vez mais destaque devido aos inúmeros benefícios que proporciona. Embora tenha sido importada de países com estruturas escolares e políticas distintas das do Brasil, essa abordagem tem se mostrado extremamente eficaz na educação de crianças e jovens surdos.

A abordagem bilíngue pretende principal promover o aprendizado simultâneo de duas línguas: a língua de sinais, como a Libras, e a língua portuguesa escrita. Essa integração linguística estimula o desenvolvimento global dos estudantes surdos e amplia suas chances de alcançar o sucesso acadêmico.

Ao adotar a abordagem bilíngue, as escolas proporcionam um ambiente educacional enriquecido, no qual os estudantes surdos têm a oportunidade de se engajar ativamente no aprendizado das duas línguas. A língua de sinais é reconhecida como a língua natural e principal dos surdos, permitindo-lhes se comunicar de forma plena e eficiente com outros membros da comunidade surda. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da língua portuguesa escrita possibilita aos estudantes a aquisição do conhecimento em diferentes áreas do currículo escolar e a interação com a comunidade ouvinte.

A abordagem bilíngue não se limita apenas à aprendizagem das línguas, mas também engloba a compreensão e valorização da cultura e identidade surda. Isso inclui a exposição a contextos culturais e linguísticos diversos, a conscientização sobre os direitos e a história da comunidade surda, e o fortalecimento da autoestima e confiança dos estudantes.

Sobre o ensino bilíngue, Quadros diz que: “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (QUADROS, 2000, p.54). Neste sentido, a autora enfatiza que ao considerar o contexto linguístico específico do Brasil, destaca-se a necessidade de práticas educacionais inclusivas que acolham e promovam o bilinguismo, garantindo que os surdos tenham acesso igualitário à educação, informação e oportunidades na sociedade brasileira.

Estudos e experiências educacionais ao redor do mundo demonstram que a abordagem bilíngue é altamente benéfica para o desenvolvimento acadêmico, cognitivo, social e emocional dos estudantes surdos. Ela proporciona uma base sólida para a aquisição de habilidades de leitura, escrita, compreensão e expressão em ambas as línguas, facilitando o acesso ao conhecimento e a participação plena na sociedade.

Além disso, a abordagem bilíngue valoriza a diversidade linguística e cultural, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças. Ela reconhece que a surdez não é uma



limitação, mas sim uma característica que pode ser plenamente superada por meio de uma educação que valorize e explore as potencialidades dos estudantes surdos.

Na alfabetização de um estudante surdo, é crucial considerar que, em muitos casos, esse estudante chega à escola sem possuir uma língua plenamente desenvolvida, como destaca Pinheiro (2020):

[...] os surdos necessitam de procedimentos específicos para aprender. Suas particularidades de aprendizagem, a língua que utilizam e os conhecimentos que levam para a escola devem ser considerados, pois enquanto a criança ouvinte chega à escola com uma língua constituída a criança surda inicia sua escolarização com pouco ou nenhum conhecimento de português; sendo atribuída à escola a responsabilidade de ensiná-la. (PINHEIRO, 2020, p. 146)

É importante reconhecer que a língua de sinais, natural para os surdos, pode não ter sido adquirida de forma completa ou adequada antes do início da escolarização. Portanto, o processo de alfabetização deve considerar essa realidade e adotar estratégias pedagógicas específicas para promover a aquisição e o desenvolvimento tanto da língua de sinais quanto da língua escrita, como a língua portuguesa.

Pereira (2000) nos diz que esta criança “pode conhecer alguns vocábulos e mesmo algumas estruturas, mas raramente apresenta conhecimento suficiente da língua portuguesa que o ajude na tarefa de atribuir sentido na leitura, bem como construir sentido na escrita.” (Pereira, 2000, p. 96). A autora enfatiza que, embora a criança possa estar familiarizada com algum vocabulário e estruturas, sua compreensão da língua é insuficiente para compreender efetivamente textos escritos ou construir expressões escritas significativas.

Desta forma, quando o professor negligencia as particularidades de aprendizagem dos estudantes surdos e adota uma abordagem uniforme no processo de ensino e aprendizagem, pode comprometer o desempenho desses estudantes. Isso ocorre, por exemplo, quando se ensina a língua portuguesa como se fosse a primeira língua dos estudantes surdos, sem considerar que para eles essa é a segunda língua. Esse problema é muitas vezes causado pela falta de conhecimento por parte dos professores acerca das necessidades e características específicas desses estudantes, resultando em práticas de ensino inadequadas e que não consideram as diferenças individuais dos estudantes em sala de aula.

Para o processo de alfabetização do estudante surdo, deve-se considerar que este, deve ser ensinado em ambas as línguas paralelamente, mas priorizando a Língua de Sinais como primeira língua e o português como segunda língua.



De acordo com Santos e Zych (2010, p. 7) “a criança sabendo a língua de sinais desde pequena, ela terá muito mais chance de aprender a ler, escrever, enfim ser alfabetizado”. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é essencial para o desenvolvimento linguístico e social das crianças surdas. O aprendizado da Libras desde cedo é fundamental para que a criança possa ter mais facilidade em aprender a ler e escrever, além de se comunicar com a sociedade ouvinte de forma mais efetiva. A abordagem bilíngue, que inclui a Língua de Sinais e a língua oral, deve ser oferecida desde a infância para que a criança surda possa se desenvolver de forma plena. Assim, é possível proporcionar mais oportunidades educacionais e sociais, possibilitando uma inclusão efetiva e equitativa.

A alfabetização de estudantes surdos é um processo desafiador que demanda uma abordagem distinta daquela empregada na alfabetização de estudantes ouvintes. Essa distinção deriva do fato de que a língua de sinais possui uma gramática e estrutura próprias, que diferem significativamente da língua oral. Essa diferença linguística exerce uma influência direta no processo de aprendizagem da escrita e da leitura por parte dos estudantes surdos.

No caso dos estudantes surdos, a alfabetização envolve o domínio da língua de sinais como base para a construção de habilidades linguísticas e cognitivas necessárias à compreensão e produção de textos escritos. Além disso, é essencial que os estudantes surdos sejam expostos a estratégias pedagógicas que abordem as particularidades da língua escrita, levando em consideração as diferenças entre a estrutura da língua de sinais e a língua escrita, para que possam desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e escrita.

Dessa forma, é fundamental que os educadores estejam preparados para adotar uma abordagem diferenciada, baseada no reconhecimento e na valorização da língua de sinais como instrumento fundamental na alfabetização dos estudantes surdos. Ao considerar as especificidades linguísticas e cognitivas desses estudantes, os educadores podem promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e efetivo, capacitando-os a desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e escrita, e, assim, alcançar o sucesso acadêmico e a plena participação na sociedade.

Pinheiro (2020) ressalta que:

Muitos professores acreditam que os surdos não são capazes de aprender como os ouvintes e passam a inseri-los em atividades simplificadas de uso da língua, com modificações das atividades cujos objetivos voltam-se apenas para o treino e a repetição de elementos frasais descontextualizados. (PINHEIRO, 2020, p. 146)



A partir do supracitado, Karnopp e Pereira (2004), enfatizam que “constantemente adaptações de textos originais por parte do professor, antes de fornecê-lo ao aluno, ou textos infantilizados, inadequados aos interesses e à idade dos alunos”. (KARNOPP, PEREIRA, 2004, p. 37).

Ao adaptar os textos, é fundamental que os professores considerem o contexto sociocultural e as experiências de vida dos estudantes surdos, tornando o conteúdo mais relevante e significativo para eles. Isso inclui a escolha de materiais que estejam de acordo com seus interesses e com a idade, bem como a utilização de recursos visuais e multimodais<sup>10</sup> para tornar o processo de aprendizagem mais acessível.

A adequação curricular para estudantes surdos envolve a criação de um ambiente inclusivo que valorize a língua de sinais e proporcione oportunidades de aprendizagem visual. Isso pode ser feito por meio da produção de materiais adaptados, como textos visuais, vídeos em língua de sinais, ilustrações e imagens que auxiliem na compreensão dos conteúdos. Essas estratégias visuais permitem que os estudantes surdos tenham um maior envolvimento e compreensão dos materiais, promovendo a sua participação ativa no processo de aprendizagem.

Portanto, ao adaptar os textos e atividades curriculares, é essencial que os docentes considerem as necessidades específicas dos estudantes surdos, garantindo que o conteúdo seja acessível e significativo para eles. A adequação curricular deve abranger não apenas a simplificação dos textos, mas também a utilização de recursos visuais e a valorização da língua de sinais, proporcionando uma educação inclusiva e efetiva para todos os estudantes surdos.

Uma das principais estratégias utilizadas na alfabetização de estudantes surdos é o ensino simultâneo da língua de sinais e da língua portuguesa (escrita). Isso significa que, além de aprender a ler e escrever, o estudante também deve ter acesso à língua natural, a língua de sinais, para poder compreender melhor os conceitos e se expressar de forma mais efetiva.

Outra estratégia importante é a utilização de recursos visuais e táteis, como desenhos, figuras e objetos concretos, para facilitar a compreensão dos conceitos. Além disso, o uso de

---

<sup>10</sup> Textos multimodais são caracterizados pela presença da linguagem verbal (oral e/ou escrita) e linguagem não verbal (visual). Entre eles, podemos citar: os infográficos, os anúncios, os cartuns, as propagandas, as tirinhas e as charges.



tecnologias assistivas, como computadores e tablets, pode auxiliar na escrita e na leitura desses estudantes.

É importante destacar que a alfabetização de estudantes surdos deve ser um processo contínuo e adaptado às necessidades individuais de cada aluno. A presença de profissionais especializados em educação de surdos, como professores bilíngues e intérpretes e professores com formação específica na área, também é fundamental para o sucesso do processo de alfabetização.

De acordo com Soares (2009, p. 47) “a alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e escrever”. A alfabetização é um processo importante para o desenvolvimento da criança e para sua futura vida escolar e profissional. Ela envolve o aprendizado da leitura e da escrita, e costuma começar nos anos iniciais do ensino fundamental, geralmente no primeiro e segundo ano.

No processo de alfabetização, o estudante aprende a reconhecer e a escrever as letras do alfabeto, a combiná-las para formar palavras, frases e pequenos textos. É importante que o estudante receba um ensino de qualidade e tenha a oportunidade de praticar a leitura e a escrita de forma regular, para poder adquirir as habilidades necessárias para se alfabetizar.

Nesse sentido, Soares, (2004, p. 14) ressalta que:

[...] a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento e, este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização [...]

Ao final do segundo ano, é esperado que o estudante tenha adquirido as habilidades de leitura e escrita e esteja alfabetizado. No entanto, sabe-se que o processo de aprendizagem é individual e pode variar de acordo com as necessidades e habilidades de cada criança. Portanto, é importante que professores e famílias trabalhem juntos para garantir que cada estudante receba o apoio e orientação necessários para se alfabetizar.

Embora haja um prazo geral para a aquisição de habilidades de alfabetização dentro das escolas de ensino regular, é crucial reconhecer que as crianças aprendem em seu próprio ritmo e podem exigir mais tempo e apoio. Alguns estudantes podem compreender conceitos de leitura e escrita rapidamente, enquanto outros podem precisar de mais tempo e intervenções direcionadas.



Ao reconhecer essas diferenças individuais, os educadores e as famílias podem fornecer instrução e recursos personalizados que atendem às necessidades exclusivas de cada aluno.

A colaboração entre professores e famílias desempenha um papel vital no apoio ao desenvolvimento da alfabetização dos alunos. Mantendo linhas de comunicação abertas, compartilhando informações sobre o progresso dos alunos e trocando ideias sobre seus pontos fortes e áreas de melhoria, ambas as partes podem trabalhar juntas para fornecer as orientações e intervenções necessárias. Essa abordagem colaborativa garante um ambiente de aprendizado consistente e de apoio tanto em casa quanto na sala de aula.

É essencial criar um ambiente rico em alfabetização que estimule o gosto pela leitura e pela escrita. Fornecer acesso a uma ampla variedade de livros adequados à idade, materiais de leitura envolventes e oportunidades de escrita podem estimular o interesse e a motivação dos estudantes. Ao tornar as atividades de alfabetização agradáveis e significativas, os educadores e as famílias podem nutrir uma paixão vitalícia pelo aprendizado e pela alfabetização.

Quando se trata da alfabetização de pessoas surdas, o processo envolve aprender a leitura, a escrita e a compreensão da língua escrita. É fundamental que os professores que trabalham com estudantes surdos tenham conhecimento da LIBRAS e da metodologia apropriada para ensinar a língua escrita a esses alunos. Cada aluno surdo é único e pode ter necessidades e preferências diferentes durante o processo de alfabetização, e é importante que o professor esteja disposto a adaptar a metodologia de ensino para atender às necessidades de cada estudante.

Segundo Honora e Frizanco (2009, p. 43):

A alfabetização de alunos com deficiência auditiva em nada se difere da alfabetização de um aluno ouvinte [...]. Entretanto, o professor(a) deve dispor de muito mais recursos didático-pedagógicos quando se trata de uma turma com surdos e ouvintes, principalmente os visuais [...].

A alfabetização de pessoas surdas é um processo que envolve a aprendizagem da leitura, da escrita e da compreensão da língua escrita. É importante que os professores que trabalham com estudantes surdos tenham conhecimento da LIBRAS e da metodologia adequada para ensinar a língua escrita a esses alunos.

Para garantir que o processo de alfabetização de estudantes surdos seja bem-sucedido, é essencial que o professor adote metodologias inclusivas adequadas. O uso de metodologias oralistas, fonéticas e do ensino tradicional são frequentemente aplicadas no contexto do



ensino dos estudantes surdos, mas, infelizmente, essas abordagens têm se mostrado inadequadas e ineficazes na promoção de um aprendizado significativo para esses estudantes.

Essas metodologias tendem a se concentrar exclusivamente na comunicação oral e na leitura labial, desconsiderando as particularidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

A abordagem oralista, por exemplo, prioriza o desenvolvimento da fala e da leitura labial como forma de comunicação dos estudantes surdos. No entanto, essa metodologia não reconhece a língua de sinais como uma língua natural e não valoriza a identidade e a cultura surda. Além disso, muitos estudantes surdos enfrentam dificuldades na aquisição da fala devido às limitações auditivas, o que pode levar a uma frustração e a um prejuízo na sua aprendizagem.

Da mesma forma, as metodologias fonéticas se concentram no ensino dos sons e na associação entre letras e sons na língua falada. Embora essa abordagem possa ser útil para alunos ouvintes, para os estudantes surdos, que não possuem uma base auditiva sólida, a aprendizagem baseada apenas em sons pode ser extremamente desafiadora e não promover uma compreensão profunda da linguagem.

Outro exemplo é o ensino tradicional, que se baseia em abordagens padronizadas, centradas no professor e no currículo estabelecido. Essa metodologia muitas vezes não considera as necessidades individuais dos estudantes surdos, não valoriza sua língua e cultura e não oferece estratégias de ensino adaptadas para a sua realidade.

Essas abordagens inadequadas podem levar à exclusão e ao baixo desempenho acadêmico dos estudantes surdos. Ao não considerar suas necessidades específicas de comunicação e aprendizagem, essas metodologias falham em promover uma educação inclusiva e equitativa para todos.

É importante destacar que existem abordagens mais eficazes e centradas no estudante, como a educação bilíngue, que valoriza a língua de sinais como primeira língua e promove o bilinguismo dos estudantes surdos. Essa abordagem reconhece a importância da língua de sinais na construção do conhecimento e proporciona um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e enriquecedor.

Essas metodologias não incluem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no processo de ensino, o que pode dificultar a compreensão dos estudantes.

Damázio (2007) destaca que:



As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente repensar essas práticas, para que os alunos com surdez não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los (DAMÁSIO, 2007, p. 21).

Percebe-se, portanto, que a falta de sucesso acadêmico dos estudantes surdos não é resultado da condição patológica em si, mas sim das metodologias inadequadas adotadas para o seu ensino. É fundamental reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com surdez no domínio da leitura e da escrita não são inerentes à sua condição auditiva, mas sim uma consequência direta das práticas pedagógicas empregadas.

As metodologias inadequadas, que não consideram as particularidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, perpetuam a visão de que suas dificuldades são resultados dos limites impostos pela surdez. No entanto, é crucial repensar essas práticas e adotar abordagens pedagógicas inclusivas, que reconheçam a língua de sinais como uma língua natural e valorizem a identidade e a cultura surda.

Ao atribuir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes surdos exclusivamente à sua condição auditiva, corre-se o risco de criar uma percepção negativa em relação às suas habilidades e limitar suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e pessoal. É necessário compreender que a surdez não define a capacidade intelectual dos indivíduos, mas sim como eles se comunicam e interagem com o mundo ao seu redor.

Assim, é imprescindível promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas utilizadas no ensino dos estudantes surdos e buscar alternativas que considerem suas necessidades específicas. Isso envolve a valorização da língua de sinais, a promoção do bilinguismo e a implementação de estratégias de ensino adaptadas, que explorem as potencialidades dos estudantes surdos e os incentivem a alcançar todo o seu potencial acadêmico.

Dessa forma, ao reconhecer que, geralmente, o insucesso acadêmico dos estudantes surdos está diretamente relacionado às metodologias inadequadas, abre-se espaço para uma transformação significativa na educação inclusiva. A superação dessas barreiras pedagógicas não apenas contribuirá para o desenvolvimento pleno dos estudantes surdos, mas também promoverá a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de suas habilidades auditivas, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam realizar seu potencial máximo.



No entanto, é fundamental lembrar que estudante surdo é único, com suas próprias habilidades, experiências e necessidades individuais em relação ao processo de alfabetização. Portanto, é essencial que os professores estejam abertos e dispostos a adaptar a metodologia de ensino conforme as especificidades de cada estudante.

A individualidade dos estudantes surdos requer uma abordagem personalizada, na qual o professor reconheça e respeite suas diferenças linguísticas, culturais e cognitivas. Isso implica em buscar estratégias de ensino flexíveis e adaptáveis, que considerem as preferências e necessidades específicas de cada aluno.

Ao adotar uma postura aberta e receptiva, o professor pode colaborar com os estudantes surdos para identificar as melhores formas de ensino que valorize suas potencialidades e promova um ambiente de aprendizado inclusivo. Isso envolve a utilização de recursos visuais, como materiais didáticos adaptados, vídeos e imagens, bem como o uso da língua de sinais como uma ferramenta essencial para a comunicação e a construção do conhecimento.

Além disso, é fundamental que os professores busquem formação e atualização contínua em relação às metodologias e práticas inclusivas no ensino de estudantes surdos. Dessa forma, estarão preparados para oferecer suporte adequado, identificar as necessidades individuais dos estudantes e promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e enriquecedor.

Reconhecer a singularidade de cada estudante e adaptar a metodologia de ensino de acordo com suas necessidades não apenas promove uma aprendizagem mais efetiva, mas também fortalece a autoestima e a confiança dos alunos, permitindo-lhes desenvolver todo o seu potencial acadêmico e pessoal.

O ensino bilíngue deve ser cuidadosamente planejado para atender às necessidades individuais de cada estudante surdo, e deve incluir a participação ativa de professores que tenham competência na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e intérpretes de Libras capacitados. É importante garantir que esses profissionais estejam aptos a fornecer uma instrução eficaz e inclusiva, considerando as particularidades e necessidades únicas de cada estudante.

Neste sentido, Quadros (2005) afirma que:

Nesse sentido, a educação de surdos em uma perspectiva bilíngue deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de reconhecendo a diferença. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e



Intenções do processo que se concretiza através das interações sociais. (QUADROS, 2005, p. 34-35).

A proposta do ensino bilíngue em escolas de ensino regular é uma medida de extrema relevância para garantir a acessibilidade linguística e promover a inclusão de estudantes surdos. Ao proporcionar a presença de duas línguas no ambiente escolar, essa abordagem visa não apenas desenvolver as habilidades linguísticas dos estudantes, mas também enriquecer sua experiência educacional.

Ao adotar o ensino bilíngue, os estudantes têm a oportunidade de se familiarizar com duas línguas: a língua de sinais, que é a sua língua materna e expressão cultural, e a língua oral majoritária utilizada no país, geralmente a língua portuguesa. Essa imersão linguística diversificada permite que os estudantes explorem e aprimorem suas competências comunicativas em ambas as línguas, ampliando suas possibilidades de interação e participação em diferentes contextos sociais.

A presença das duas línguas no ambiente escolar cria um espaço inclusivo e valoriza a diversidade linguística, reconhecendo a importância da língua de sinais. Além disso, o ensino bilíngue contribui para o fortalecimento da identidade cultural e linguística dos estudantes surdos, permitindo-lhes expressar-se plenamente em sua língua natural e desenvolver uma proficiência linguística equilibrada em ambas as línguas.

Essa abordagem linguística também proporciona benefícios cognitivos aos estudantes, uma vez que o aprendizado de duas línguas promove o desenvolvimento de habilidades metalinguísticas, flexibilidade cognitiva e ampliação da capacidade de compreensão e expressão em diferentes contextos comunicativos.

Além disso, o ensino bilíngue em escolas regulares contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e preparada para a diversidade linguística. Ao promover o respeito e a valorização das diferenças linguísticas e culturais, essa iniciativa cria uma cultura de aceitação e inclusão, na qual todos os estudantes são reconhecidos e valorizados em suas singularidades.

Portanto, o ensino bilíngue em escolas de ensino regular desempenha um papel fundamental na formação linguística e no processo de inclusão de estudantes surdos. Ao proporcionar um ambiente linguístico diversificado, essa abordagem enriquece a experiência educacional dos estudantes, ampliando suas habilidades comunicativas e suas perspectivas de interação e participação na sociedade.



No ensino da língua escrita, é crucial que os alunos adquiram conhecimento sobre as regras e estruturas linguísticas, assim como desenvolvam habilidades de ortografia e gramática adequadas. Isso implica aprender sobre letras, sílabas e palavras, bem como dominar a construção de frases, parágrafos e até mesmo pequenos textos.

No contexto do ensino bilíngue, essa abordagem se torna ainda mais relevante, pois possibilita aos estudantes surdos a aprendizagem tanto da língua de sinais quanto da língua oral. Essa dualidade linguística é de extrema importância, pois permite que eles se comuniquem de forma efetiva tanto com a comunidade surda quanto com a comunidade ouvinte.

A aprendizagem da língua escrita é fundamental para o desenvolvimento da alfabetização dos estudantes surdos. Ao aprender a língua de sinais e a língua oral simultaneamente, eles adquirem uma base sólida para compreender e se expressar por meio da escrita. A língua de sinais, que é visual-espacial, proporciona uma compreensão conceitual e comunicativa que pode ser transferida para a língua escrita, auxiliando na compreensão dos elementos visuais e na representação das ideias por meio da escrita.

Por sua vez, a língua oral é importante para que os estudantes surdos possam se comunicar com a comunidade ouvinte e para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em língua majoritária, como a língua portuguesa. Através do ensino bilíngue, os estudantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos gramaticais e vocabulário nas duas línguas e possibilita uma compreensão mais ampla do mundo ao seu redor e facilita a comunicação em diferentes contextos.

É essencial ressaltar que o ensino bilíngue não se limita apenas ao aprendizado das duas línguas, mas também engloba o desenvolvimento de habilidades metalinguísticas, ou seja, a capacidade de refletir e analisar as características e estruturas linguísticas presentes em cada língua. Essa consciência metalinguística fortalece a capacidade de compreensão e produção de textos escritos, além de promover uma maior autonomia e fluência na escrita.

Portanto, o ensino bilíngue no contexto da língua escrita desempenha um papel crucial no desenvolvimento da alfabetização e comunicação dos estudantes surdos. Ao aprender tanto a língua de sinais quanto a língua oral, eles têm a oportunidade de se tornarem proficientes nas duas línguas e se comunicarem de maneira efetiva com diferentes grupos sociais. Essa abordagem proporciona uma base sólida para a construção de habilidades linguísticas e a promoção da inclusão plena dos estudantes surdos no ambiente educacional e social.



Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e no jeito que lhe é próprio e de acordo com seus interesses e capacidades. Também é fundamental que o professor nutra elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente acontece. (MANTOAN, 2.015, p. 71)

Diante do supracitado, cada estudante tem seu próprio talento, interesse e ritmo de aprendizagem. O papel do professor é criar um ambiente de aprendizagem que respeite essas diferenças e ajude cada estudante a progredir seus conhecimentos. Isso inclui ter expectativas elevadas e acreditar na capacidade de cada aluno de aprender, além de estar disposto a encontrar maneiras de ajudar os alunos a superar obstáculos e dificuldades. É também importante explorar os talentos e habilidades de cada estudante e fornecer oportunidades para que eles possam usá-los e desenvolvê-los.

O ensino bilíngue é uma abordagem pedagógica fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes surdos, proporcionando uma oportunidade única de melhorar habilidades linguísticas e sociais, além de aumentar a compreensão e produção de textos escritos e falados. Este tipo de ensino também permite a aquisição de conhecimentos e habilidades em diferentes áreas do conhecimento, complementando assim a formação acadêmica e profissional dos alunos. Simultaneamente, em que incentiva a interação com o mundo ao seu redor, o ensino bilíngue contribui para o fortalecimento da autoestima e da confiança dos estudantes surdos.

O ensino bilíngue também contribui para a promoção da identidade cultural dos estudantes surdos, pois permite que eles aprendam sobre sua própria cultura e sobre a cultura ouvinte.

O bilinguismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística. (KUBASKI, MORAES, 2009)

O bilinguismo permite que a criança surda, em relação ao adulto, construa uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. Isso significa que o bilinguismo não impede a integração social da pessoa surda, mas ao contrário, permite que ela se sinta confortável com sua identidade surda e, ao mesmo tempo, se comunique efetivamente com a comunidade de ouvintes. Além disso,



a proposta bilíngue permite que o leitor surdo tenha a liberdade de escolher qual das duas línguas utilizar em cada situação linguística, o que é uma vantagem significativa na vida pessoal e futuramente, na vida profissional

No entanto, é crucial destacar que a implantação de um ensino bilíngue deve ser acompanhada por uma abordagem personalizada e sensível às necessidades individuais dos estudantes surdos. Isso é importante para garantir que cada aluno surdo tenha acesso ao mesmo nível de aprendizado e desenvolvimento de habilidades que seus pares ouvintes. Além disso, a participação ativa da comunidade surda na tomada de decisões e na implementação das políticas e práticas de ensino é crucial para garantir que as necessidades e demandas desses estudantes sejam consideradas e atendidas de forma adequada. Dessa forma, a educação bilíngue se torna inclusiva e acessível para todos, valorizando a cultura surda e fomentando a inclusão social.



## **4. PERCURSO METODOLÓGICO**

Este capítulo é dedicado à exposição dos procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa, que tem por objetivo a apresentação do caminho percorrido para que os objetivos traçados fossem alcançados. Neste capítulo, apresentam-se as etapas e métodos utilizados para esta pesquisa, bem como sua descrição e contextualização. Os procedimentos metodológicos aplicados a este estudo, foram fundamentais para que os objetivos traçados referentes ao problema de pesquisa fossem alcançados. Através do caminho percorrido, buscou-se obter novos conhecimentos que proporcionaram aprofundamento e reflexões a respeito da temática pesquisada. A presente pesquisa discorre pela abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental. Neste percurso, para construção deste estudo, pretende-se criar dados que sejam proveitosos para esta pesquisa e que valha para novas pesquisas sobre a temática.

### **4.1. A ABORDAGEM QUALITATIVA**

A pesquisa científica é amplamente presente em todas as áreas do conhecimento, e a educação não é exceção, sendo alvo de inúmeros estudos em andamento ou já publicados. Essa prática envolve um processo rigoroso de investigação que busca elucidar, responder ou aprofundar o entendimento em relação a uma pergunta de pesquisa, relacionada ao estudo de um fenômeno específico no contexto educacional.

Mediante métodos científicos, como coleta de dados, análise e interpretação, os pesquisadores buscam contribuir para o avanço do conhecimento na área, fornecendo embasamento teórico e prático para a tomada de decisões e o aprimoramento das práticas educacionais.

A pesquisa científica na educação desempenha um papel fundamental na busca por soluções, na identificação de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, bem como na promoção de uma educação de qualidade e efetiva para todos os envolvidos no processo educativo. De acordo com Gil (2002) a pesquisa é necessária quando a informação disponível não é suficiente para responder ao problema ou quando essa informação não está organizada de maneira apropriada para relacioná-la adequadamente com o problema.

A pesquisa básica visa principalmente "o avanço do conhecimento científico, sem



nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos" (APPOLINÁRIO, 2011, p. 146). O conhecimento científico não deve estar restrito apenas ao atendimento de demandas imediatas e práticas, mas sim ao desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para a evolução do conhecimento em si. Para aprofundar a investigação sobre o assunto, a pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas se concentram nas análises de dados não numéricos, ou seja, dados que não podem ser quantificados. (MINAYO, 2014).

Devido ao emprego de uma revisão de literatura fundamentada no fichamento de livros, optou-se por uma abordagem qualitativa para o tratamento dos dados, uma vez que será realizada uma análise e interpretação das fontes bibliográficas exploradas. A pesquisa baseia-se primordialmente na literatura existente como meio de esclarecer e abordar o problema em questão.

Essa abordagem permite uma investigação aprofundada e uma compreensão mais detalhada dos conceitos, teorias e perspectivas apresentadas na literatura acadêmica, contribuindo para a construção de um embasamento teórico sólido e a obtenção de insights valiosos para o estudo em questão.

A revisão de literatura desempenha um papel crucial ao fornecer uma síntese e análise crítica das informações disponíveis, além de embasar o desenvolvimento de futuras investigações. Conforme Appolinário (2011), na pesquisa qualitativa, os dados são obtidos a partir das interações sociais e interpretados subjetivamente pelo pesquisador, uma vez que o foco está no fenômeno estudado. Essa abordagem valoriza as perspectivas e experiências dos participantes e busca compreender a complexidade e profundidade dos processos sociais envolvidos.

Rodrigues e Limena (2006) enfatizam que a pesquisa qualitativa desempenha um papel fundamental na investigação de questões complexas que não podem ser adequadamente representadas por meio de procedimentos estatísticos.

Essa abordagem metodológica permite que os pesquisadores se aprofundem na descrição e compreensão da complexidade das hipóteses em questão, explorando as interações entre variáveis e interpretando dados, fatos e teorias.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial no contexto da pesquisa qualitativa. Ao realizar uma revisão da literatura existente, é possível obter uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema em estudo, examinando estudos anteriores, teorias estabelecidas e perspectivas relevantes. A pesquisa bibliográfica permite ao



pesquisador explorar diferentes abordagens, conceitos e pontos de vista presentes na literatura acadêmica, fornecendo uma base sólida para a construção do conhecimento e embasando as discussões e análises que serão realizadas ao longo da pesquisa.

No próximo subtítulo, será explorada a relevância da pesquisa bibliográfica no contexto do presente estudo, destacando sua contribuição para a construção do conhecimento e a compreensão aprofundada do tema.

#### 4.2. A ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel crucial na construção do conhecimento científico e no desenvolvimento de trabalhos científicos e acadêmicos de qualidade. Ao engajar-se nessa técnica de coleta de informações, os pesquisadores embarcam em um processo minucioso de busca, seleção e análise de materiais publicados, como livros, revistas, artigos científicos, teses e dissertações, entre outras fontes relevantes. O objetivo principal é obter conhecimento e informações fundamentais sobre um determinado assunto.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, os pesquisadores têm a oportunidade de realizar uma revisão da literatura existente relacionada ao tema de interesse. Essa revisão permite aprofundar a compreensão do assunto, explorar diferentes perspectivas e descobrir evidências e argumentos já estabelecidos. Com base nessa revisão, os pesquisadores podem identificar lacunas na literatura, questões não resolvidas ou aspectos que precisam ser explorados mais a fundo.

Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Além de fornecer uma base sólida de conhecimento, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental na elaboração de hipóteses e teorias. Ao analisar as diferentes perspectivas e evidências apresentadas na literatura, os pesquisadores podem formular hipóteses fundamentadas e desenvolver teorias robustas. A pesquisa bibliográfica também contribui para a identificação de metodologias e abordagens de pesquisa previamente utilizadas, fornecendo insights valiosos sobre possíveis estratégias de coleta e análise de dados.



Outro benefício da pesquisa bibliográfica é sua capacidade de ampliar a visão e o entendimento dos pesquisadores sobre o tema em questão. Ao explorar uma variedade de fontes, os pesquisadores têm acesso a diferentes perspectivas, argumentos e debates presentes na literatura. Essa ampla compreensão contribui para uma análise mais crítica e abrangente do assunto, permitindo que os pesquisadores apresentem uma visão informada e embasada em seu trabalho.

A pesquisa bibliográfica, devido à sua natureza exigente, requer uma abordagem metódica e sistemática para obter resultados significativos. É fundamental que o pesquisador estabeleça com clareza o objetivo da pesquisa e delimite o escopo do estudo. Essa definição permite uma seleção criteriosa de fontes e evita desperdício de tempo com informações irrelevantes ou dispersas.

Em primeiro lugar, o pesquisador deve ter uma compreensão clara do que pretende alcançar com a pesquisa bibliográfica. Isso envolve a definição de um objetivo específico, identificando as questões-chave que serão abordadas e os aspectos relevantes que serão explorados. Ter um objetivo bem definido orienta o pesquisador na busca por materiais pertinentes e contribui para a eficiência do processo de pesquisa.

Além disso, é essencial delimitar o escopo da pesquisa, estabelecendo os limites temáticos e temporais que serão considerados. Isso evita que o pesquisador se perca em um mar de informações dispersas e auxilia na concentração em fontes relevantes para o estudo em questão. A delimitação do escopo também facilita o gerenciamento do tempo e dos recursos disponíveis, garantindo uma pesquisa mais direcionada e eficaz.

Uma vez que o objetivo e o escopo da pesquisa estejam definidos, o próximo passo é a seleção adequada das fontes bibliográficas. Nessa etapa, o pesquisador deve empregar critérios de seleção claros e coerentes, considerando a relevância, a credibilidade e a atualidade das fontes. É importante utilizar fontes confiáveis e reconhecidas, como livros de referência, revistas científicas de renome e trabalhos acadêmicos de instituições reconhecidas.

Durante o processo de seleção, é fundamental também realizar uma análise crítica das fontes, avaliando sua consistência, objetividade e consistência com o tema em estudo. Isso garante que apenas materiais de qualidade e alinhados ao objetivo da pesquisa sejam incluídos na revisão bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica requer uma abordagem sistemática na organização e no registro das informações coletadas. O pesquisador deve manter um registro detalhado das fontes consultadas, incluindo as informações bibliográficas completas, trechos relevantes,



citações e notas. Isso facilita o trabalho posterior de referência e evita problemas de plágio, garantindo a integridade acadêmica da pesquisa.

Conforme enfatiza Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Uma pesquisa científica, se inicia por meio da pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador, irá buscar artigos científicos e/ou livros que tratem do tema para um melhor aprofundamento do assunto a ser pesquisado.

A pesquisa bibliográfica é uma técnica fundamental para o avanço do conhecimento e para a produção de trabalhos científicos e acadêmicos de qualidade. É uma atividade que requer planejamento, dedicação e método, mas que, quando realizada de forma adequada, pode trazer resultados extremamente valiosos e relevantes.

Para Andrade (2010), a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental em todas as atividades acadêmicas, servindo como o ponto de partida para a realização de pesquisas de laboratório ou de campo. Além disso, ela desempenha um papel essencial na elaboração de seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias e pesquisas exploratórias.

Por intermédio da busca, seleção e análise de materiais publicados, a pesquisa bibliográfica auxilia na delimitação do tema, no desenvolvimento do assunto, na identificação de citações relevantes e na apresentação das conclusões.

Nesse contexto, a pesquisa documental surge como uma extensão da pesquisa bibliográfica, enfatizando a análise e interpretação de documentos como fontes primárias. Essa abordagem envolve a coleta e análise de registros, arquivos, correspondências, relatórios, legislações, entre outros documentos relevantes para o estudo em questão. A pesquisa documental complementa a pesquisa bibliográfica, fornecendo informações mais específicas, contextuais e autênticas, permitindo uma investigação mais aprofundada do tema.

#### 4.3. A ABORDAGEM DOCUMENTAL

A abordagem documental é um método essencial na pesquisa científica, que permite ao pesquisador obter informações relevantes e confiáveis por meio do estudo minucioso de documentos já existentes. Esses documentos podem englobar uma ampla variedade de fontes, como livros, artigos científicos, periódicos, relatórios, registros oficiais, arquivos públicos, entre outros.



Ao adotar a abordagem documental, o pesquisador tem acesso a uma vasta gama de materiais que fornecem dados históricos, estatísticos, legais, sociais, culturais e acadêmicos. Essas fontes documentais representam uma riqueza de informações consolidadas ao longo do tempo, fruto de pesquisas anteriores, registros oficiais ou relatos de experiências.

Ao estudar esses documentos, o pesquisador pode explorar diferentes perspectivas, obter embasamento teórico, identificar tendências, analisar evoluções históricas e confrontar diferentes pontos de vista sobre o tema de estudo. A abordagem documental também permite ao pesquisador contextualizar sua pesquisa, identificar lacunas no conhecimento existente, validar ou refutar teorias e conceitos previamente estabelecidos.

De acordo com Severino (2007, p.122), na pesquisa documental “[...] os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico [...]”. A pesquisa documental tem os documentos como fonte de investigação.

A pesquisa documental é entendida por Severino (2007, p. 122) como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A pesquisa documental desempenha um papel fundamental na obtenção de informações relevantes e confiáveis para o desenvolvimento de estudos e pesquisas. Nessa abordagem, os dados são coletados a partir de documentos variados, como leis, artigos científicos, livros e outras fontes documentais, visando aprofundar o conhecimento sobre determinada temática.

Ao utilizar a pesquisa documental como metodologia, o pesquisador adota procedimentos analíticos que possibilitam a análise de documentos heterogêneos, ou seja, provenientes de diferentes origens e com abordagens diversas. Essa abordagem permite uma visão ampla e aprofundada do tema em estudo, reunindo informações de diferentes perspectivas e enriquecendo a análise.

No caso da presente pesquisa, foram realizados levantamentos de estudos e pesquisas relacionados à temática em questão. Os documentos analisados incluíram leis brasileiras que abordam o tema específico, assim como artigos científicos e livros de diversos autores renomados que tratam da temática em análise. Essa ampla variedade de fontes documentais proporcionou uma visão abrangente e embasada sobre o assunto, permitindo uma análise crítica e fundamentada.



O *corpus* da pesquisa foi composto por documentos relevantes para a temática em estudo. Dentre eles, destaca-se o Plano Municipal de Educação de Criciúma e a Resolução nº 024/2016, que forneceram subsídios importantes para a compreensão das diretrizes e políticas educacionais relacionadas à inclusão de estudantes surdos.

Para a seleção dos materiais utilizados na pesquisa, foi adotado um processo criterioso de escolha. Buscou-se reunir livros e artigos científicos que abordassem especificamente o processo de inclusão nas escolas de ensino regular, o processo de alfabetização de estudantes surdos e a importância da educação bilíngue, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) sendo considerada a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

Essa abordagem de seleção permitiu obter um conjunto de materiais que exploram os aspectos-chave relacionados à inclusão educacional de estudantes surdos. Ao analisar esses documentos, foi possível aprofundar o entendimento sobre as práticas inclusivas nas escolas regulares, as estratégias de alfabetização adequadas para os estudantes surdos e a importância da abordagem bilíngue no processo educativo.

#### 4.4. A ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN

Os resultados obtidos por meio da pesquisa foram submetidos à análise utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), uma abordagem consolidada e amplamente utilizada na interpretação de dados qualitativos. Essa técnica é composta por três etapas principais: pré-análise, exploração do material e interpretação.

Na fase de pré-análise, será realizada uma leitura minuciosa dos documentos coletados, relacionados ao objeto de estudo, a fim de familiarizar-se com o conteúdo e identificar os principais temas e categorias a serem explorados. Essa etapa permite uma compreensão geral do material e estabelece as bases para as etapas subsequentes.

Em seguida, na fase de exploração do material, as decisões metodológicas tomadas anteriormente, são aplicadas para avaliar a inclusão do estudante surdo nas escolas de ensino regular. Serão identificados trechos, citações e referências que abordem especificamente essa temática, bem como os desafios e perspectivas relacionados à alfabetização dos estudantes surdos.

Na fase de interpretação, os dados obtidos são analisados de forma aprofundada e crítica. Buscar-se-á compreender como a discussão sobre a alfabetização de estudantes surdos está presente nos documentos analisados, quais são os pontos de convergência e divergência, as lacunas e as possíveis soluções sugeridas. Nessa etapa, a interpretação dos dados será



embasada em um diálogo constante com as teorias e conceitos relevantes, visando fornecer uma compreensão mais abrangente e significativa dos resultados.

Ao aplicar a técnica de análise de conteúdo, espera-se obter percepções e conclusões que contribuam para a compreensão do tema em estudo, bem como para o avanço do conhecimento na área da educação inclusiva e da alfabetização de estudantes surdos. Essa abordagem metodológica permitirá explorar os dados de maneira rigorosa e sistemática, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

A análise de conteúdo desempenhará um papel crucial na compreensão da forma como a alfabetização dos estudantes surdos é abordada nos documentos investigados, bem como na identificação dos principais desafios e oportunidades para promover sua inclusão nas escolas regulares.

A aplicação da análise de conteúdo permitirá obter uma visão abrangente e aprofundada de como a temática da alfabetização dos estudantes surdos é abordada nos documentos investigados. Além disso, esse método de pesquisa ajudará a identificar os principais desafios enfrentados e as oportunidades existentes para promover a inclusão desses estudantes nas escolas regulares. Dessa forma, contribuirá para o aprimoramento de políticas e práticas educacionais inclusivas, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões informadas nessa área.

A primeira etapa do processo de análise de conteúdo é a pré-análise, que se caracteriza pela leitura geral e inicial dos documentos utilizados na pesquisa. Conforme destacado por Bardin (2011), a pré-análise desempenha um papel fundamental, pois estabelece as bases para as etapas subsequentes do método.

Durante essa fase, os pesquisadores se familiarizam com o conteúdo dos documentos, identificam as informações relevantes, estabelecem categorias e estabelecem uma compreensão geral do material a ser analisado.

É nesse momento que se busca compreender o contexto em que os documentos estão inseridos, identificar conceitos-chave e estabelecer uma visão inicial do que será explorado nas etapas seguintes. A pré-análise é essencial para orientar o caminho da análise de conteúdo e garantir que as decisões subsequentes sejam fundamentadas e consistentes.

Conforme enfatiza Bardin (2011) a pré-análise:

corresponde um período de intuições, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. (BARDIN, 2011, p.121)



Na segunda etapa, tem-se a exploração do material utilizado, que de acordo com Bardin (2011) caracteriza-se como a “[...] aplicação sistemática das decisões tomadas [...]” (BARDIN, 2011, p. 127).

Na terceira e última etapa do processo de análise de conteúdo, ocorre a interpretação dos dados, um momento crucial para a compreensão aprofundada das informações obtidas. Conforme a abordagem proposta por Bardin (2011), a interpretação envolve uma “confrontação sistemática entre o material coletado e as inferências alcançadas.” (BARDIN, 2011, p. 128). A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem sistemática da interpretação, indicando que ela não deve ser baseada em suposições aleatórias ou arbitrárias. Em vez disso, exige um processo estruturado e rigoroso de comparação e contraste do material coletado com as inferências ou interpretações derivadas dele.

Nessa fase, os pesquisadores buscam ir além da descrição superficial dos dados, explorando as nuances, padrões e significados subjacentes. É um processo reflexivo que demanda uma análise crítica e cuidadosa, permitindo uma compreensão mais ampla do objeto de estudo. Durante a interpretação, são considerados os contextos, as relações entre as categorias de análise e as implicações dos achados para a temática em questão. Essa etapa finaliza o ciclo de análise de conteúdo, contribuindo para o avanço do conhecimento e fornecendo insights relevantes para o campo de estudo.

A técnica de análise de conteúdo desempenhará um papel fundamental na ampliação da compreensão da temática em foco. Utilizaremos essa abordagem para investigar minuciosamente como a temática da alfabetização e do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua é abordada nos documentos selecionados para análise. Dessa maneira, visamos obter uma visão mais abrangente sobre o assunto, assim como identificar as diferentes abordagens presentes nos materiais selecionados.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos que serão adotados nesta pesquisa, detalhados no próximo capítulo, direcionaremos nossa atenção para o tema central: "Alfabetização e o Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua no Município de Criciúma".

Neste segmento, exploraremos os principais aspectos relacionados ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua nesse contexto específico, destacando tanto os desafios enfrentados pelos educadores quanto as oportunidades encontradas pelos estudantes.

Essa análise aprofundada permitirá uma compreensão mais completa do panorama educacional e contribuirá para o desenvolvimento de estratégias e abordagens eficazes para



promover a alfabetização e o ensino da língua portuguesa como segunda língua entre os estudantes envolvidos.



## **5. A ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

O objetivo central deste capítulo é identificar as legislações municipais pertinentes e avaliar seus impactos na educação especial do município em estudo. É fundamental ressaltar a relevância da luta dos movimentos sociais e dos defensores da inclusão para a implementação de políticas educacionais inclusivas em nível local. Além disso, serão abordados os debates em curso acerca do tema no contexto municipal, bem como a legislação específica que direciona e orienta as práticas e diretrizes da educação especial no município em questão. A análise desses aspectos proporcionará uma compreensão mais abrangente do panorama educacional e dos desafios enfrentados no âmbito local.

### **5.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (L2) COMO SEGUNDA LÍNGUA**

Os estudantes surdos frequentemente iniciam suas trajetórias escolares com um conhecimento linguístico mais limitado em comparação aos seus colegas ouvintes, o que pode impactar significativamente seu desempenho acadêmico. Essa situação se deve ao fato de que, durante seu desenvolvimento inicial, eles não tiveram acesso à linguagem de forma tão abrangente como os estudantes ouvintes. Enquanto os ouvintes aprendem naturalmente a língua materna por meio de diálogos com a família, contação de histórias e outras experiências comunicativas, os estudantes surdos enfrentam barreiras adicionais para adquirir a linguagem.

Essas barreiras linguísticas podem se manifestar de várias maneiras. Por exemplo, os estudantes surdos podem ter dificuldades em compreender e produzir frases complexas, o que afeta sua expressão escrita e oral. Além disso, a gramática e a estrutura da língua de sinais, geralmente utilizada pela comunidade surda, podem diferir significativamente da língua escrita padrão. Isso pode resultar em desafios adicionais na aquisição de habilidades de leitura e escrita.

No entanto, é importante ressaltar que os estudantes surdos têm uma capacidade inata de aprender e se comunicar. Com o apoio adequado e estratégias pedagógicas inclusivas, é possível minimizar as lacunas linguísticas e promover um ambiente de aprendizado inclusivo. A utilização de intérpretes de língua de sinais, materiais educacionais adaptados e tecnologias



assistivas, como dispositivos de amplificação sonora e legendas, pode ser fundamental para facilitar a comunicação e o acesso ao currículo.

É essencial promover a conscientização e a valorização da cultura surda. Reconhecer a língua de sinais como uma língua legítima e proporcionar oportunidades de interação e participação ativa na comunidade surda contribui para fortalecer a identidade e a autoestima dos estudantes surdos.

Os educadores desempenham um papel fundamental nesse processo, ao adotar estratégias diferenciadas de ensino, adaptar materiais didáticos e ao proporcionar um ambiente inclusivo em sala de aula. Ao considerar as necessidades individuais dos estudantes surdos e fornecer suporte linguístico adequado, é possível promover a igualdade de oportunidades educacionais e maximizar seu potencial acadêmico.

É importante reconhecer as barreiras linguísticas enfrentadas pelos estudantes surdos e implementar abordagens inclusivas para garantir uma educação de qualidade e promover a inclusão de todos os estudantes.

Cabe ressaltar que alguns estudantes surdos vêm de famílias onde os pais são ouvintes e não sabem se comunicar em Libras, a língua brasileira de sinais. Além disso, outros estudantes provêm de famílias onde os pais são surdos, porém não utilizam Libras como meio de comunicação. Essas circunstâncias específicas dificultam o aprendizado e o desenvolvimento da fluência na língua de sinais por parte desses estudantes.

Para os estudantes surdos cujos pais são ouvintes, a falta de exposição e prática da Libras em seu ambiente familiar pode resultar em obstáculos significativos na aquisição dessa língua. A comunicação efetiva em Libras requer um ambiente linguístico rico, com interações constantes e consistentes. Quando essa imersão não ocorre naturalmente no ambiente familiar, os estudantes podem encontrar dificuldades adicionais para adquirir e aprimorar suas habilidades em Libras.

Da mesma forma, mesmo que os pais sejam surdos, mas não utilizem a Libras em suas interações diárias, o estudante também enfrentará desafios na aprendizagem da língua de sinais. A ausência do uso da Libras em casa pode limitar as oportunidades de prática e a consolidação da fluência para o estudante.

No entanto, é fundamental destacar que essas dificuldades não devem ser vistas como obstáculos intransponíveis. É possível superar essas barreiras por meio de estratégias educacionais e de apoio adequadas. A presença de intérpretes de Libras nas escolas, a disponibilidade de recursos educacionais adaptados e o estímulo à interação com a



comunidade surda podem desempenhar um papel crucial na promoção do aprendizado da Libras e na inclusão dos estudantes surdos.

Além disso, é importante incentivar a sensibilização e a valorização da cultura surda dentro e fora do ambiente escolar. Isso envolve reconhecer a importância da Libras como língua oficial da comunidade surda e promover o respeito e a inclusão dessa linguagem e cultura.

Destaca-se ainda que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos na aprendizagem da Libras, decorrentes da falta de exposição ou uso consistente dessa língua em seus ambientes familiares, podem ser superadas por meio de um ambiente educacional inclusivo e de estratégias adequadas de apoio.

Honora (2014) enfatiza que:

O aluno com surdez, [...] na maioria das vezes nasce em uma família de ouvintes que não conhecem a Língua de Sinais e até apresenta certo preconceito em relação a que seu filho se comunique pela Língua Brasileira de Sinais. Portanto, é muito comum que o primeiro contato do aluno com surdez com a Língua Brasileira de Sinais aconteça pela primeira vez na sua inserção na escola. (HONORA, 2014, p. 95)

A escola tem um papel fundamental na inclusão de estudantes surdos. Portanto, é necessário que a instituição assuma a responsabilidade de promover a inclusão linguística dessas famílias, oferecendo cursos de Libras e outras formas de capacitação. Dessa forma, os pais poderão se comunicar de forma mais efetiva com seus filhos surdos e entender melhor suas necessidades e desafios.

Ao proporcionar cursos de Libras para os pais, a escola oferece uma oportunidade valiosa para que eles aprendam a língua de sinais e, assim, possam estabelecer uma comunicação mais fluente e natural com seus filhos surdos. Isso não apenas fortalece os laços familiares, mas também contribui para o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes.

Ao aprender Libras, os pais se tornam agentes ativos no processo educativo de seus filhos surdos. Eles podem acompanhar de perto seu desenvolvimento acadêmico, apoiá-los nas atividades escolares e colaborar com os professores na adaptação de materiais e estratégias pedagógicas. Essa participação ativa dos pais na educação dos estudantes surdos promove uma parceria sólida entre a escola e a família, criando um ambiente de apoio e compreensão.



Além disso, ao se capacitarem em Libras, os pais também adquirem uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pelos seus filhos surdos. Isso contribui para uma maior sensibilização e empatia, permitindo que os pais ofereçam um suporte mais eficaz e se tornem defensores da inclusão em outros contextos sociais.

A inclusão linguística das famílias de estudantes surdos fortalece a comunicação e o relacionamento entre pais e filhos, bem como a conexão com a comunidade surda. Essa iniciativa da escola não só melhora a qualidade de vida dos estudantes surdos e suas famílias, mas também enriquece a diversidade cultural e linguística dentro da própria escola.

No que tange ao ensino da língua portuguesa para o estudante surdo, é importante que o professor compreenda que o aprendizado da língua portuguesa pode ser um desafio significativo para esses estudantes. Portanto, é necessário adotar diferentes estratégias pedagógicas para tornar o processo mais acessível e efetivo.

O professor deve estar aberto ao diálogo com o estudante surdo e sua família, bem como com outros profissionais que atuam no contexto escolar, como intérpretes de Libras. Essa colaboração permite identificar as necessidades específicas do estudante surdo em relação ao ensino da língua portuguesa e buscar soluções mais adequadas.

Uma abordagem efetiva no ensino da língua portuguesa para estudantes surdos é a utilização de recursos visuais, como imagens, vídeos e materiais visuais que auxiliem na compreensão e contextualização dos conteúdos. Além disso, é importante promover atividades interativas e práticas de leitura e escrita que sejam relevantes e significativas para o estudante, buscando estabelecer conexões entre a língua portuguesa e sua realidade.

O professor também deve estar atento à necessidade de adaptar o currículo e os materiais didáticos para atender às necessidades do estudante surdo. Isso pode envolver a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como versões impressas com fontes ampliadas, recursos de áudio ou legendas em vídeos. É fundamental garantir que o estudante tenha acesso igualitário aos conteúdos e oportunidades de aprendizado.

Além disso, o professor deve valorizar e incentivar o uso da Libras como uma língua de apoio e facilitadora no ensino da língua portuguesa. A Libras pode ser utilizada como uma ponte entre a língua de sinais e a língua escrita, auxiliando o estudante surdo a compreender conceitos, estruturas gramaticais e desenvolver habilidades de leitura e escrita em português. No que se refere ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para o estudante surdo, Pinheiro (2020) enfatiza que:



O ensino de língua portuguesa como segunda língua, na modalidade e escrita, possibilita ao surdo uma imersão no universo da leitura, por meio da qual este constrói rotas para acessar o texto, interpretá-lo e modificá-lo no curso da resignificação, à medida que é também modificado, com base em sua língua, sua cultura e nos aspectos que compõem a sua subjetividade. Para tanto, a comunidade escolar precisa assumir um compromisso político e ético com a sua educação, e o professor tem de estar preparado para lidar com a nova situação que se apresenta, mediante a uma sólida formação que leve em conta os diversos condicionantes da prática e os elementos que subjazem esse processo. (PINHEIRO, 2020, p. 223)

Com base no referenciado acima, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos é um desafio que requer comprometimento por parte da comunidade escolar, especialmente dos professores. É essencial reconhecer e compreender as particularidades de aprendizagem e subjetividade dos estudantes surdos, a fim de desenvolver uma prática pedagógica eficaz.

Os estudantes surdos possuem uma forma de processar informações e se comunicar que difere dos estudantes ouvintes. Portanto, é necessário adotar estratégias de ensino que considerem as particularidades linguísticas e cognitivas destes estudantes. Isso implica em compreender a influência da língua de sinais e sua relação com a Língua Portuguesa, além de identificar as necessidades individuais de cada estudante surdo.

Ao reconhecer as particularidades dos estudantes surdos, os professores podem elaborar práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a língua de sinais como uma ferramenta de apoio e comunicação. A utilização da língua de sinais como um recurso na sala de aula contribui para o desenvolvimento da linguagem e compreensão dos conceitos em Língua Portuguesa.

Além disso, é importante promover uma abordagem que considere a cultura e identidade dos estudantes surdos, reconhecendo e valorizando sua experiência e contribuição para a comunidade escolar. Isso envolve a criação de um ambiente inclusivo que respeite a diversidade e proporcione oportunidades para que os estudantes surdos se expressem e participem ativamente das atividades acadêmicas.

A formação contínua dos professores também desempenha um papel fundamental na garantia de um ensino de qualidade para os estudantes surdos. Capacitar os educadores com conhecimentos sobre a surdez, as línguas de sinais e as melhores práticas pedagógicas, contribui para o aprimoramento de suas habilidades no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua.

A preocupação do professor em relação ao ensino da Língua Portuguesa para estudantes surdos deve se concentrar em inseri-los em atividades mais discursivas e



contextualizadas, em vez de simplesmente focar em listas de palavras e frases isoladas. É fundamental proporcionar oportunidades para que o estudante surdo possa interagir com o conteúdo de forma significativa, aplicando-o em situações reais e cotidianas.

Ao criar um ambiente de aprendizado que estimule a interação e a comunicação, o professor promove o uso da língua portuguesa como uma ferramenta para expressar pensamentos, ideias e sentimentos. Em vez de se restringir a exercícios mecânicos, é importante desenvolver atividades que envolvam discussões em grupo, debates, apresentações orais e produções escritas.

Ao trabalhar com temas relevantes e contextualizados, o professor oferece aos estudantes surdos a oportunidade de se envolverem ativamente no processo de aprendizagem, aplicando os conceitos linguísticos em situações práticas. Isso pode incluir tópicos relacionados à sua vida diária, interesses pessoais, eventos atuais ou situações fictícias que despertem sua curiosidade e criatividade.

Além disso, é essencial que o professor proporcione um ambiente de apoio e encorajamento, onde os estudantes surdos se sintam à vontade para se expressar e participar ativamente das atividades discursivas. Isso pode envolver o uso de recursos visuais, como imagens, vídeos e materiais concretos, que auxiliem na compreensão e na contextualização do conteúdo.

O uso da língua de sinais desempenha, neste cenário, um papel fundamental nesse processo, permitindo que os estudantes surdos se expressem de maneira mais fluente e natural. O professor deve incentivar o uso da língua de sinais como uma forma de enriquecer as interações e promover uma comunicação mais efetiva entre os estudantes surdos e seus colegas ouvintes.

Honora (2014) destaca que:

A aquisição de Língua Portuguesa na sua forma escrita se dará entendendo a língua como uma atividade discursiva, e não meramente, uma repetição de palavras e frases; por este motivo, o aprendizado acontece mediante um texto, uma música, ou uma parlenda de forma que o texto possa trazer compreensão e entendimento da mensagem. Mais importante que a reprodução ou cópia é o entendimento do que leram ou escreveram. (HONORA, 2014, p. 96).

O ensino da gramática para estudantes surdos é uma preocupação legítima, pois difere consideravelmente do ensino da Língua de Sinais. Nesse contexto, é crucial que o professor adote estratégias adequadas para ensinar a gramática de maneira significativa e acessível aos estudantes surdos.



Uma abordagem efetiva para o ensino da gramática é iniciar o processo utilizando textos autênticos e relevantes para os estudantes surdos. Ao utilizar materiais que sejam significativos e contextualizados para eles, a aprendizagem ocorre de maneira mais natural e fluida. Os textos podem ser selecionados levando em consideração os interesses e a vivência dos estudantes, o que os motiva a se engajarem com o conteúdo.

É importante que o ensino da gramática seja realizado de forma contextualizada, relacionando os conceitos gramaticais com situações reais e aplicáveis à vida dos estudantes surdos. Por exemplo, ao ensinar sobre verbos, é possível explorar textos que descrevam ações e atividades do cotidiano, estimulando os estudantes a identificarem os verbos e compreenderem seu uso, na prática.

Além disso, é fundamental adaptar a linguagem e as estratégias pedagógicas para tornar o ensino da gramática mais acessível aos estudantes surdos. Isso pode envolver o uso de recursos visuais, como diagramas e imagens, para auxiliar na compreensão dos conceitos gramaticais. Também é válido incorporar atividades práticas, como jogos e dramatizações, que permitam aos estudantes surdos vivenciarem e aplicarem os conceitos aprendidos.

A colaboração com intérpretes de Libras é de grande auxílio no ensino da gramática para estudantes surdos. Esses profissionais devem apoiar o professor na adaptação dos materiais, na comunicação efetiva com os estudantes surdos e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas.

É essencial que o ensino da gramática seja um processo estimulante e envolvente para os estudantes surdos, possibilitando que eles compreendam e apliquem os conceitos gramaticais de forma significativa. Ao considerar a realidade e as necessidades dos estudantes surdos, o professor contribui para a construção de uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva.

Destaca-se ainda que as atividades de ensino da Língua Portuguesa para estudantes surdos, é essencial criar uma conexão entre o conhecimento de mundo do estudante e o conteúdo a ser aprendido. As atividades devem ser projetadas para motivar o estudante a descobrir as normas de funcionamento da Língua Portuguesa em textos compreensíveis para ele.

Sendo assim, as atividades repetitivas e formais podem não ser efetivas para a aprendizagem dos estudantes surdos, pois podem não despertar seu interesse e engajamento. Em vez disso, é importante oferecer atividades que incentivem a exploração, a descoberta e a aplicação prática da Língua Portuguesa.



Ao trabalhar com esses textos, o professor pode guiar o estudante na identificação das normas e estruturas da Língua Portuguesa presentes nos mesmos. Por meio de discussões, análise linguística e atividades interativas, o estudante terá a oportunidade de compreender como a língua funciona, explorando seu uso e aplicando-o em situações reais.

É importante que as atividades sejam adaptadas às necessidades e capacidades individuais do estudante surdo. Ao trabalhar com atividades que sejam relevantes e compreensíveis para o estudante surdo, ele se sentirá motivado a se engajar no processo de aprendizagem e a descobrir as normas da Língua Portuguesa de forma mais significativa.

Destaca-se, ainda, que no ensino da língua portuguesa como segunda língua, é essencial evitar abordagens que se baseiem apenas na memorização ou na reprodução dos conteúdos estudados. Focar apenas na memorização ou na cópia limita o desenvolvimento pleno do estudante e não permite que ele compreenda e aplique efetivamente os conceitos aprendidos.

Em vez disso, o objetivo deve ser de promover uma aprendizagem significativa, na qual o estudante surdo compreenda os conceitos, faça conexões com seu conhecimento prévio e seja capaz de aplicá-los em situações reais. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades críticas, analíticas e criativas, em vez de apenas a reprodução de informações.

Honora (2014) ressalta:

O objetivo principal é que o aluno possa fazer uso da Língua Portuguesa na sua forma escrita (na escrita e na leitura) de maneira efetiva e com um bom entendimento, e não que o aluno com surdez seja um mero repetidor, memorizador e copista de palavras ou frases que em nada fazem sentido para ele. (HONORA, 2014, p. 97)

Importante ressaltar que a aquisição da Língua Portuguesa na sua forma escrita somente acontecerá após a aquisição da Língua Brasileira de Sinais de forma efetiva.

A criança surda precisa aprender duas línguas para se alfabetizar, primeiramente, precisa aprender sua língua natural: língua de sinais, e aprender a língua portuguesa na modalidade escrita, para poder interagir e se incluir no mundo letrado. (HONORA, 2014, p. 97)

A Língua de Sinais é a língua natural dos surdos, e é crucial que os estudantes tenham a oportunidade de compreender, praticar e se expressar nessa língua. Ela permite uma comunicação mais fluida e natural, possibilitando que os estudantes se envolvam plenamente em interações sociais, expressando suas ideias, sentimentos e necessidades de maneira eficaz. Portanto, as atividades educacionais devem incluir a Língua de Sinais como uma forma de promover a comunicação e a interação entre os estudantes surdos.



Ao mesmo tempo, é importante introduzir e desenvolver a Língua Portuguesa escrita como uma segunda língua para os estudantes surdos. A Língua Portuguesa escrita tem suas próprias estruturas, regras e convenções que são diferentes da Língua de Sinais. Os estudantes surdos precisam ter a oportunidade de adquirir habilidades na leitura, na escrita, na compreensão e na produção de textos em Língua Portuguesa. Isso lhes permite acessar informações, se comunicar por escrito e participar plenamente da sociedade.

As atividades educacionais devem ser planejadas para integrar a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa escrita de maneira equilibrada. Isso pode ser feito por meio de estratégias como a tradução e a interpretação da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa escrita, o uso de recursos visuais e multimídia para apoiar o ensino da Língua Portuguesa, e a criação de oportunidades de prática e produção de textos em Língua Portuguesa pelos estudantes surdos.

Outro ponto indispensável para trabalhar com os estudantes surdos são as associações. Ideal sempre fazer associações com outros textos já apresentados, que poderão estar pendurados no fundo da sala para poderem consultar sempre que sentirem necessidade. Fazer associações entre diferentes textos e materiais é uma estratégia eficaz para ajudar os estudantes surdos a relacionar e conectar conceitos, ideias e informações. Isso pode ser feito por meio de atividades que incentivem os estudantes a identificar semelhanças e diferenças, fazer comparações, analisar relações de causa e efeito, e estabelecer conexões entre o que estão aprendendo e experiências anteriores. As associações auxiliam na consolidação do conhecimento e na compreensão mais profunda do conteúdo.

Além disso, o professor desempenha um papel fundamental na verificação do entendimento dos estudantes surdos. É essencial adotar medidas para avaliar regularmente o conhecimento e a compreensão dos alunos sobre os textos e materiais apresentados. Isso pode ser feito por meio de perguntas e respostas, discussões em grupo, atividades práticas, trabalhos individuais ou em equipe, entre outros métodos. Essas estratégias permitem ao professor identificar eventuais lacunas de compreensão e fornecer o suporte necessário para que os estudantes surdos possam consolidar e expandir seu conhecimento.

O relato da história ou do texto em Língua de Sinais pelo estudante surdo é uma excelente forma de verificar seu entendimento e aprofundamento do conteúdo. Essa prática encoraja os estudantes a expressar o que aprenderam de forma autônoma e criativa, utilizando a Língua de Sinais para narrar e interpretar o material estudado. O professor pode observar e analisar o relato para avaliar o nível de compreensão, a capacidade de expressão e o domínio da linguagem por parte do estudante surdo.



É fundamental que o professor dedique tempo e esforço para avaliar e reforçar o conhecimento dos estudantes surdos. Mediante um acompanhamento contínuo, o professor pode identificar quais são as necessidades individuais dos estudantes surdos, fornecer suporte adicional quando necessário e adaptar as estratégias de ensino para garantir o sucesso na formação educacional de cada um deles. A avaliação contínua e o feedback construtivo são fundamentais para o desenvolvimento dos estudantes surdos e para promover seu progresso acadêmico e pessoal.

Ao considerar a apropriação da Língua de Sinais, os professores podem incorporar atividades que envolvam a Língua Portuguesa escrita, como a utilização de bilhetes, por exemplo. Essas atividades têm o objetivo de promover a associação entre a Língua de Sinais e a sua forma escrita.

Nesse contexto, é fundamental que o estudante desenvolva um entendimento abrangente da Língua Portuguesa escrita, sendo capaz de assimilar a mensagem em sua totalidade, não se limita apenas à leitura palavra por palavra. Esse aspecto é de extrema importância durante o processo de aquisição do conhecimento da Língua Portuguesa.

Ao integrar atividades que incentivem a associação entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa escrita, os estudantes surdos têm a oportunidade de fortalecer sua compreensão e habilidades linguísticas, ampliando sua capacidade de interpretar e expressar-se de forma mais abrangente na Língua Portuguesa escrita. Isso contribui para uma aprendizagem mais completa e efetiva da língua, permitindo que o estudante surdo se comunique e se expresse de maneira mais autônoma e significativa.

Um ponto também relevante é “que ainda há a falta de capacitação dos professores, da Educação Básica no contexto atual da Educação Inclusiva.” (BATISTA, CARDOSO, 2020, n.p). A formação dos professores deve abordar conhecimentos teóricos e práticos relacionados à inclusão, às necessidades educacionais especiais e às estratégias pedagógicas adequadas para cada contexto. Os professores precisam estar cientes das particularidades de cada estudante, incluindo as necessidades específicas dos estudantes surdos, a fim de oferecer um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

Além disso, a formação contínua é fundamental para atualizar os conhecimentos dos professores e proporcionar-lhes recursos e ferramentas pedagógicas atualizadas. Dessa forma, os professores estarão mais preparados para enfrentar os desafios e adotar abordagens educacionais eficazes que atendam às necessidades de todos os alunos.



A capacitação dos professores desempenha um papel crucial no sucesso da inclusão de estudantes surdos e de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Mediante uma formação sólida e contínua, os professores estarão mais bem equipados para oferecer um ensino de qualidade, promover a participação ativa dos estudantes surdos e criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Investir na formação dos professores é fundamental para garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. Os profissionais da educação precisam estar capacitados e atualizados em relação às práticas pedagógicas inclusivas, para que possam proporcionar um ambiente escolar acolhedor e adequado para o aprendizado de todos os alunos. Além disso, a formação continuada é uma das principais formas de combater a falta de capacitação dos professores, pois permite que eles se atualizem e se aprimorem constantemente em suas práticas de ensino.

Os estudantes com deficiência requerem uma abordagem pedagógica diferenciada, que considere suas necessidades individuais. A adaptação do currículo e o uso de materiais específicos são fundamentais para garantir a efetividade do ensino. É essencial personalizar o processo de ensino-aprendizagem para proporcionar aos estudantes com deficiência o acesso ao conhecimento e oportunidades para desenvolver suas habilidades de maneira plena e satisfatória. Dessa forma, é possível garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades na busca pelo conhecimento e desenvolvimento pessoal.

Cabe ao professor regente preparar atividades que atendam as demandas de cada estudante em sala de aula. Torna-se primordial, que o docente conheça seu estudante, e busque atender as especificidades existentes na turma na totalidade.

Ao conhecer seus estudantes, o professor pode identificar as demandas específicas de cada um e desenvolver estratégias pedagógicas que considere essas necessidades. Isso implica em adaptar o material didático, oferecer suporte adicional quando necessário e fornecer oportunidades de aprendizagem que sejam significativas e relevantes para cada estudante.

A individualização do ensino é fundamental para promover a inclusão e o sucesso educacional de todos os estudantes, incluindo os surdos. O professor deve buscar maneiras de diferenciar as atividades, considerando os diferentes estilos de aprendizagem, níveis de habilidade e preferências de cada estudante.



Além disso, é importante estabelecer um ambiente de apoio e respeito mútuo na sala de aula, onde os estudantes se sintam encorajados a compartilhar suas necessidades e sejam valorizados por suas contribuições individuais.

Ao elaborar um material voltado ao aluno com deficiência auditiva, é importante que o professor conheça esse aluno, sabendo se comunicar e articular esses métodos, dialogando com o seu cotidiano e, sobretudo, conhecendo a sua real necessidade, ou seja, além de saber lidar com a língua de sinais, o professor precisa verificar em que contexto familiar, social, cultural que esse aluno está inserido. Trabalhando com novas abordagens metodológicas e com as características desses alunos, sabendo como eles irão interagir e compreender determinado conteúdo, o docente obterá muito mais sucesso nas suas estratégias, podendo realizar melhor intermediação e conduta em sala de aula. (BATISTA, CARDOSO, 2020, n.p).

Desse modo, o docente precisa conhecer a realidade de seu estudante para que os conteúdos ensinados em sala de aula, se tornem relevantes na vida desse estudante. É imprescindível que o professor utilize em suas aulas, estratégias para que o ensino e a inclusão se concretizem.

O professor precisa estar atento às questões e estratégias pedagógicas, se preparando, verificando materiais, textos e recursos visuais adequados e inerentes às características desses alunos, o que facilitará o melhor direcionamento para que essas práticas sejam válidas e enriquecedoras. (BATISTA, CARDOSO, 2020, n.p).

A preparação adequada dos docentes é um dos principais fatores que influenciam a efetividade da inclusão de estudantes com deficiência na escola. Isso se deve ao fato de que os docentes têm um papel central na criação de um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, e precisam estar aptos a lidar com as demandas específicas que a inclusão de estudantes com deficiência requer.

Para tanto, é necessário que os docentes tenham um entendimento profundo das necessidades dos estudantes com deficiência e saibam como adaptar o currículo e os materiais didáticos para atender a essas necessidades.

É fundamental que os docentes tenham conhecimento profundo sobre as diferentes deficiências, suas características e possíveis estratégias de ensino e suporte. Isso inclui entender as barreiras que os estudantes podem enfrentar no processo de aprendizagem e como superá-las por meio de adaptações e recursos adequados.

Além disso, os docentes devem estar atualizados sobre as tecnologias assistivas disponíveis e saber como integrá-las ao ambiente de sala de aula. A tecnologia assistiva pode desempenhar um papel transformador na vida dos estudantes com deficiência, proporcionando acesso a informações, comunicação e oportunidades de aprendizagem mais amplas.



A preparação dos docentes não se resume apenas a adquirir conhecimentos teóricos, mas também a desenvolver habilidades práticas por meio de experiências de ensino e aprendizagem colaborativas. Isso envolve trabalhar em estreita colaboração com outros profissionais da educação, como pedagogos, psicólogos e terapeutas, para garantir uma abordagem multidisciplinar e abrangente.

## 5.2 DOCUMENTOS MUNICIPAIS QUE ORIENTAM E DIRECIONAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Os documentos municipais que norteiam a educação especial são instrumentos imprescindíveis para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Esses instrumentos normativos estabelecem diretrizes claras para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais, definindo os princípios, os objetivos e as estratégias para sua efetivação. Eles abordam questões como a identificação e avaliação das necessidades dos estudantes, a adaptação do currículo, a formação dos profissionais da educação, a disponibilidade de recursos e tecnologias assistivas, entre outros aspectos relevantes.

Ao seguir as diretrizes desses documentos, as escolas e os professores têm um referencial seguro para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, adaptar o ambiente físico e curricular, promover a participação ativa e a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência. Eles são importantes instrumentos de garantia dos direitos educacionais e do pleno desenvolvimento desses estudantes.

Além disso, esses documentos também promovem a articulação entre diferentes setores da educação, como escolas regulares, escolas especializadas, equipes de apoio pedagógico, famílias e órgãos governamentais. Essa articulação é fundamental para que haja uma atuação conjunta e integrada, visando garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência no contexto educacional.

Entre esses documentos, podemos destacar o Plano Municipal de Educação e a Resolução nº 024/2016, que são documentos, visando orientar as políticas educacionais do município no que se refere a educação dos estudantes com deficiência.

A RESOLUÇÃO Nº 024/2016 fixa normas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Sistema Municipal de Ensino de Criciúma, conforme se apresenta no artigo 2º da Resolução:



Art. 2º - Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de estudantes que apresentem deficiência: sensorial, intelectual e física, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas do ensino regular. (CRICIÚMA, 2016, p. 2)

A Resolução ainda traz mais algumas redações que orientam sobre a educação especial no município:

Art. 3º - O município de Criciúma reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurará sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: I - Desenvolver o pleno potencial humano e o senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento pelo respeito dos direitos humanos, liberdades fundamentais e diversidade humana; II - Desenvolver o máximo possível à personalidade, os talentos e a criatividade dos estudantes com deficiência, assim como suas habilidades físicas e intelectuais; III - Garantir a participação efetiva dos estudantes com deficiência em uma sociedade livre.[...]Art. 6º - O AEE é definido como o conjunto de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a participação e a aprendizagem dos estudantes nas diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino, ofertado de forma complementar a escolarização, de acordo com o Decreto n c 7611/2011, que disponibiliza recursos, serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, com oferta em Salas de Recursos Multifuncionais. §1º - O Atendimento Educacional Especializado tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes, tais como: I - Ensino de Libras; II Ensino da língua portuguesa como segunda língua. (CRICIÚMA, 2016, p. 3-4).

A inclusão escolar vai além de simplesmente matricular os estudantes com deficiência nas escolas regulares. Ela envolve a adoção de medidas para garantir a participação ativa, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento pleno desses estudantes em todos os aspectos da vida escolar.

Isso significa que é necessário assegurar a acessibilidade em todas as dimensões da educação, seja por meio de adaptações físicas no ambiente escolar, disponibilização de recursos didáticos acessíveis, formação adequada dos professores e profissionais da educação, além de estratégias pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades individuais de cada estudante.

A inclusão escolar não apenas beneficia os estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, promovendo a compreensão, a empatia e o respeito à diversidade. Além disso, a inclusão prepara os estudantes para uma sociedade mais inclusiva e para a convivência harmoniosa em um mundo diversificado.

No que tange a acessibilidade, a Resolução relata no capítulo VI no artigo 14:



1 - Professor Intérprete — Professor ouvinte com fluência em LIBRAS, que interpreta o professor referência para atuar em turmas mistas compostas por estudante ouvintes e surdos. 2 - Professor Bilingue — Professor ouvinte com fluência em Língua Portuguesa e LIBRAS, para atuar em turmas mistas compostas por estudante ouvintes e surdos, e para atuar na educação indígena, deve ainda, ter fluência na língua da etnia. 3 - Instrutor da Língua Brasileira de Sinais - Professor surdo com fluência em LIBRAS que atua com o ensino da língua de sinais.

É crucial enfatizar que a atuação desses profissionais deve ser integrada e complementar, trabalhando de forma cooperativa para promover um processo de ensino-aprendizagem efetivo e inclusivo. O professor intérprete e o professor bilíngue são responsáveis por mediar a comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes, garantindo que todos tenham acesso às informações e possam participar das atividades escolares. Já o instrutor da Língua Brasileira de Sinais, por sua vez, tem a função de ensinar a língua de sinais para os estudantes surdos, contribuindo para a sua formação linguística e cultural

Em conjunto, esses profissionais colaboram para que os estudantes surdos tenham acesso a um ensino de qualidade e inclusivo, que valorize sua diversidade e respeite suas necessidades individuais. Eles trabalham em estreita colaboração, compartilhando conhecimentos e estratégias, para garantir que o processo educacional seja adaptado às necessidades específicas de cada estudante surdo.

Além disso, é fundamental que esses profissionais recebam uma formação contínua e atualizada, para poderem aprimorar suas habilidades e conhecimentos, bem como se manterem informados sobre as melhores práticas educacionais no campo da educação inclusiva. A constante atualização profissional contribui para o aprimoramento do ensino e para o atendimento adequado das necessidades dos estudantes surdos.

Dessa forma, a atuação integrada e colaborativa do professor intérprete e o instrutor de Libras é essencial para promover a inclusão e o sucesso educacional dos estudantes surdos. Eles desempenham papéis complementares, criando um ambiente educacional enriquecedor e acolhedor, onde todos os estudantes têm a oportunidade de se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial máximo.

O Plano Municipal de Educação é um documento que define as metas e estratégias para a educação municipal em um período determinado, iniciou em 2015 e irá até o ano de 2024.

O plano contempla ações específicas para a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de prever a



formação de professores e a adequação das estruturas escolares para atender às demandas da educação inclusiva, conforme se apresenta no Plano Municipal na meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (CRICIÚMA, 2015, p. 40)

Essa medida é um passo importante e significativo na busca por garantir o pleno exercício do direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. Ao promover a inclusão desses alunos na escola regular, abre-se um mundo de possibilidades para eles. A interação com seus pares, tanto surdos quanto ouvintes, proporciona um ambiente enriquecedor e diversificado, onde todos podem aprender uns com os outros e se desenvolver de forma socialmente integrada.

A inclusão escolar não se trata apenas de ter acesso às mesmas oportunidades educacionais, mas também de participar ativamente da vida escolar e do convívio com seus colegas. Ao estarem inseridos na sala de aula regular, os estudantes com necessidades especiais têm a chance de compartilhar experiências, ideias e conhecimentos com seus colegas, contribuindo para uma aprendizagem mútua e enriquecedora.

Essa convivência com diferentes realidades e perspectivas contribui para o desenvolvimento da empatia, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade. Os estudantes têm a oportunidade de construir relações de amizade e solidariedade, que vão além das barreiras da deficiência. A inclusão escolar, portanto, não se restringe apenas à sala de aula, mas também abrange os aspectos sociais e emocionais, promovendo um ambiente de convivência harmoniosa e inclusiva.

Além disso, ao serem incluídos na escola regular, os estudantes com necessidades especiais têm acesso a um currículo diversificado, que estimula seu desenvolvimento acadêmico e suas habilidades sociais. A troca de conhecimentos e experiências entre os estudantes, com suas diferentes capacidades e talentos, enriquece o processo educacional como um todo.

É importante destacar que a inclusão escolar não se resume apenas à presença física dos estudantes com necessidades especiais na escola regular, mas também implica em oferecer um ambiente acessível e acolhedor, com recursos e adaptações necessárias para garantir sua plena participação. Isso envolve a disponibilização de materiais pedagógicos



adaptados, a capacitação dos professores para lidar com a diversidade de necessidades e a promoção de estratégias de ensino diferenciadas, que atendam às especificidades de cada aluno.

Portanto, ao promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais na escola regular, estamos não apenas garantindo seu direito à educação, mas também proporcionando a eles a oportunidade de desenvolvimento integral, de construção de relacionamentos significativos e de preparação para uma vida plena e inclusiva na sociedade. A inclusão escolar é um caminho de valorização da diversidade e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda na meta quatro do Plano municipal de Educação do município, apresentam-se algumas estratégias no que tange a educação especial:

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) estudantes surdos(as) e com deficiência auditiva de O (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, dando suporte aos(as) profissionais interessados da educação habilitando-os com cursos na área da Educação Bilíngue (Libras) habilitando nos termos do art. 22 do Decreto +5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...] 4.8 Garantir a oferta de Educação Inclusiva, para todos os(as) estudantes da Educação Especial, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE. (CRICIÚMA, 2015, p. 41)

A proposta para a implementação da educação bilíngue é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade desde o início da escolarização dos estudantes surdos.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deve ser reconhecida como a primeira língua desses estudantes, proporcionando-lhes pleno acesso à comunicação e à interação social. Simultaneamente, a modalidade escrita da Língua Portuguesa deve ser ensinada como segunda língua, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades de leitura, escrita e compreensão do Português.

Para viabilizar a educação bilíngue, é importante oferecer suporte aos profissionais interessados nessa abordagem. Cursos e capacitações na área são essenciais para que os educadores adquiram conhecimentos específicos sobre a educação bilíngue e possam aplicar as melhores práticas em sala de aula. Esses cursos devem abordar não apenas a Língua de Sinais, mas também estratégias de ensino, adaptação curricular e avaliação adequadas às necessidades dos estudantes surdos.



A garantia da educação inclusiva para todos os estudantes da Educação Especial é um princípio fundamental. É imprescindível que nenhum aluno seja excluído do ensino regular com base em sua deficiência. Para isso, é necessário promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso a recursos, estratégias e apoios necessários para sua plena participação na escola regular.

Essas medidas são essenciais para assegurar que os estudantes surdos e com deficiência auditiva tenham acesso à educação de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial. A educação bilíngue, aliada à inclusão escolar, proporciona uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico, linguístico e social desses estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

As instituições do município de Criciúma têm autonomia para elaborar seus próprios Projetos Políticos Pedagógicos, que são documentos essenciais para orientar as ações educativas nas escolas. Esses projetos refletem a identidade e as diretrizes educacionais de cada instituição, buscando promover uma educação de qualidade e inclusiva para todos os estudantes.

No entanto, no contexto deste diálogo, infelizmente não foi possível obter autorização para analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Polo de Surdos, local. Essa análise poderia fornecer informações valiosas sobre as práticas pedagógicas adotadas na escola e como elas atendem às necessidades dos estudantes surdos.

Da mesma forma, não tive acesso aos planos de aula dos professores dessa escola. Os planos de aula são instrumentos importantes para o planejamento e organização das atividades educativas, permitindo que os professores estabeleçam objetivos claros, escolham os conteúdos adequados e definam as estratégias de ensino mais eficazes para seus estudantes.

Embora não seja possível analisar esses documentos específicos, é fundamental ressaltar a importância de uma abordagem inclusiva e voltada para as necessidades dos estudantes surdos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e nos planos de aula das escolas. Esses documentos devem contemplar estratégias de ensino e recursos específicos para garantir o acesso e a participação plena dos estudantes surdos nas atividades escolares, respeitando a sua diversidade linguística e cultural.

É necessário que as escolas e os professores estejam comprometidos em promover uma educação inclusiva, que valorize as singularidades de cada estudante e adote práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades. A colaboração entre os profissionais da



educação, a busca por formação contínua e a disponibilidade de recursos adequados são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e inclusiva para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência auditiva.

Dessa forma, é importante destacar a necessidade de incentivar a transparência e o compartilhamento de informações sobre os projetos pedagógicos e planos de aula, a fim de promover a troca de experiências e boas práticas entre as instituições educacionais. Isso contribui para o aprimoramento constante das práticas educativas e para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

No entanto, a partir deste ano, o município deu um passo importante em direção à inclusão e ao registro adequado das adaptações curriculares necessárias para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Foi implementado no diário online um campo específico para a postagem dessas adaptações, proporcionando um local apropriado para o registro e o acompanhamento dessas práticas.

Anteriormente, embora a prática de adaptar o currículo para atender às necessidades dos estudantes surdos sempre tenha sido adotada, não havia uma estrutura sistemática para o registro dessas adaptações. Os professores faziam esse registro nos seus cadernos individuais, o que dificultava o compartilhamento de informações e a continuidade das práticas adaptativas entre os educadores.

Com a introdução do campo específico no diário online, haverá maior visibilidade e acesso às adaptações curriculares realizadas para os estudantes surdos. Isso permitirá uma gestão mais eficiente das adaptações, pois as informações estarão disponíveis de forma centralizada, possibilitando o acompanhamento e o monitoramento por parte dos profissionais da educação, bem como de pais e responsáveis.

Além disso, o registro adequado das adaptações curriculares contribui para o fortalecimento da cultura inclusiva nas instituições educacionais. Ao documentar e compartilhar as práticas adaptativas, os professores podem trocar experiências, aprender com as estratégias adotadas por outros colegas e refinar suas próprias abordagens pedagógicas.

Essa iniciativa também pode promover a sensibilização e conscientização sobre as necessidades e direitos dos estudantes surdos, bem como sobre a importância da inclusão escolar. Ao destacar a relevância das adaptações curriculares, a escola reforça seu compromisso em oferecer uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas.



Portanto, a inclusão do campo de adaptações curriculares no diário online representa um avanço significativo no registro e na promoção de práticas adaptativas para os estudantes surdos. Essa medida reflete o compromisso do município em garantir uma educação inclusiva e de qualidade, proporcionando aos estudantes surdos as condições necessárias para que possam alcançar seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Ao implementar esta iniciativa, o município demonstra a sua dedicação à criação de um ambiente educativo que acolhe a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Reconhecendo as necessidades dos estudantes surdos, o município está tomando medidas proativas para remover barreiras e fornecer o apoio e os recursos necessários para seu sucesso acadêmico.

Além do desenvolvimento acadêmico, o município reconhece a importância de apoiar o bem-estar social e emocional dos alunos surdos. Ao criar um ambiente de aprendizado inclusivo e solidário, os estudantes podem se sentir valorizados, aceitos e capacitados para se envolver ativamente em sua jornada educacional.

Este compromisso com a educação inclusiva não só beneficia os estudantes individualmente, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Ao garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, o município fomenta o sentimento de pertença e promove a integração social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para abordar a Inclusão Educacional, considerou-se nesta pesquisa a proposta de investigar a inclusão dos estudantes surdos nas escolas de ensino regular, levando em conta diversas perspectivas para uma compreensão abrangente do tema. O objetivo é explorar os desafios e avanços desse processo, reconhecendo sua importância na área educacional e a necessidade de uma discussão aprofundada para assegurar a equidade educacional.

Neste estudo, busca-se refletir sobre a implementação da educação bilíngue nas políticas educacionais, com foco na inclusão dos estudantes surdos. O objetivo geral é compreender os desafios enfrentados nesse contexto, analisar as diferentes perspectivas envolvidas e identificar possíveis soluções que possam garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Ao explorar a temática da educação bilíngue, pretende-se analisar como essa abordagem tem sido adotada nas políticas educacionais, levando em consideração tanto a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quanto a modalidade escrita da Língua Portuguesa. A investigação busca compreender as práticas, os recursos e as estratégias utilizadas para promover a inclusão e o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes surdos. Ao abordar essas questões, a pesquisa busca contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais, fornecendo subsídios para que sejam estabelecidas medidas efetivas que promovam a inclusão dos estudantes surdos nas escolas de ensino regular. Acredita-se que uma educação bilíngue de qualidade, aliada a uma abordagem inclusiva, é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes surdos, respeitando sua identidade linguística e promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no ambiente educacional.

Este estudo tem como objetivos específicos compreender a concepção do bilinguismo na produção do conhecimento, problematizar a questão da educação especial em âmbito internacional, nacional e local, e refletir sobre os caminhos percorridos pelo bilinguismo nas políticas educacionais.

A inclusão de estudantes surdos na escola regular e o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) são temas de grande relevância e complexidade, exigindo uma abordagem multidisciplinar. Com base nisso, este estudo se propôs a explorar diferentes aspectos relacionados à educação especial e ao ensino de estudantes surdos, adotando uma perspectiva inclusiva e bilíngue.



No contexto da educação inclusiva, a inclusão de estudantes surdos nas escolas de ensino regular é um desafio que demanda a adoção de práticas pedagógicas que considerem suas necessidades e promovam sua participação ativa no ambiente escolar. Além disso, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua é fundamental para garantir que esses estudantes tenham acesso ao currículo e possam desenvolver habilidades comunicativas tanto na Língua de Sinais quanto na língua escrita.

Nesse sentido, este estudo busca examinar os diferentes aspectos envolvidos na implementação de uma abordagem bilíngue na educação de estudantes surdos, considerando as políticas educacionais e as práticas pedagógicas adotadas. Também visa refletir sobre os avanços, desafios e perspectivas relacionados ao bilinguismo como um caminho para a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes surdos.

Por meio dessa abordagem multidimensional, espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a educação inclusiva e bilíngue, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas, da formação adequada de professores e da construção de políticas educacionais que promovam a equidade e a valorização da diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos.

O segundo capítulo, intitulado "Dialogando sobre a educação especial: perspectivas teóricas, contextos e os movimentos sociais", teve como objetivo contextualizar a educação especial no contexto brasileiro, abordando tanto os avanços conquistados quanto os desafios e retrocessos enfrentados nessa área.

No capítulo, foram exploradas as diferentes perspectivas teóricas que nortearam as práticas educacionais na educação especial, de forma a considerar abordagens históricas, e pedagógicas. Essa análise teve como propósito fornecer um panorama abrangente das principais correntes de pensamento e concepções sobre a educação especial, suas bases teóricas e implicações na prática educativa.

Além disso, o capítulo também abordou a importância dos movimentos sociais na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, destacando sua atuação significativa na promoção da inclusão e na garantia de acesso igualitário à educação. Foram exploradas as conquistas alcançadas por meio desses movimentos, como a implementação de políticas públicas inclusivas, a valorização da diversidade e a busca por uma educação de qualidade para todos.

Diante disso, o capítulo proporcionou uma reflexão aprofundada sobre a educação especial, considerando os diversos aspectos teóricos, contextuais e sociais envolvidos. Essa análise contribuiu para uma compreensão ampla das complexidades e desafios enfrentados



nessa área, bem como das transformações necessárias para promover uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes com deficiência.

No terceiro capítulo, intitulado "Bilinguismo na alfabetização de estudantes surdos: uma abordagem inclusiva para a aprendizagem", o objetivo principal foi explorar o papel fundamental do bilinguismo na educação de alunos surdos, reconhecendo a importância da valorização tanto da língua de sinais quanto da língua escrita como ferramentas essenciais para a alfabetização e a inclusão desses estudantes na sociedade.

Durante o capítulo, foram apresentadas diversas perspectivas teóricas e práticas que respaldam a implementação de uma abordagem bilíngue na alfabetização dos estudantes surdos. A língua de sinais foi reconhecida como uma forma natural e autônoma de comunicação, essencial para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social desses alunos.

Além disso, a língua escrita, especialmente a Língua Portuguesa, foi considerada como uma segunda língua (L2) a ser adquirida, proporcionando acesso à cultura escrita e promovendo a participação plena na sociedade.

Foi discutido o papel dos educadores na valorização e promoção do bilinguismo, assim como a necessidade de formação específica e contínua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. Também foram abordadas estratégias de ensino que integram a língua de sinais e a língua escrita, visando à construção de uma base sólida de alfabetização e ao desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e interpretação.

Destaca-se, ainda, a importância de um ambiente escolar inclusivo, que valorize a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos. Isso envolve a criação de espaços de convivência onde a língua de sinais seja reconhecida e utilizada como meio de interação e aprendizagem, bem como o acesso a materiais didáticos adaptados e recursos tecnológicos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o capítulo proporcionou uma visão aprofundada sobre a importância do bilinguismo na alfabetização de estudantes surdos, ressaltando a necessidade de uma abordagem inclusiva que valorize e potencialize as habilidades linguísticas desses alunos, contribuindo para sua plena participação e desenvolvimento na sociedade.

O quarto capítulo, "Percurso metodológico", descreveu o método utilizado para a realização do estudo, bem como os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados.

O quinto capítulo, intitulado "A alfabetização e o ensino de língua portuguesa como segunda língua no município de Criciúma", teve como foco principal abordar os desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino da língua portuguesa como segunda



língua para estudantes surdos. Neste capítulo, foram exploradas questões fundamentais relacionadas à adaptação curricular e à formação continuada dos professores, elementos cruciais para o sucesso desse processo inclusivo.

Destacou-se a importância da adaptação curricular como uma estratégia essencial para atender às necessidades individuais dos estudantes surdos. Isso envolve a elaboração de materiais didáticos adequados, o uso de metodologias inclusivas e a promoção de atividades que valorizem a língua de sinais e a língua portuguesa escrita.

Além disso, foi ressaltada a relevância da formação continuada dos professores para lidar de forma eficaz com os desafios encontrados. A capacitação dos docentes no campo da educação inclusiva e no ensino de língua portuguesa como segunda língua é fundamental para garantir práticas pedagógicas atualizadas, sensíveis e efetivas.

No decorrer do capítulo, foram discutidas estratégias e abordagens específicas para o ensino da língua portuguesa como segunda língua, a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos. Exemplos de boas práticas e experiências bem-sucedidas foram apresentados, contribuindo para inspirar os professores a explorarem novas possibilidades em sua prática educativa.

Por fim, foi enfatizada a importância da parceria entre a escola, os profissionais da educação e as famílias dos estudantes surdos, visando uma atuação conjunta e colaborativa em prol da aprendizagem e da inclusão desses estudantes. A participação e o envolvimento de todos os agentes educacionais são fundamentais para criar um ambiente educacional acolhedor, acessível e inclusivo.

Os demais subtítulos desempenharam um papel fundamental na contextualização da educação especial no município de Criciúma. Cada um deles trouxeram contribuições significativas para ampliar a compreensão e fornecer informações relevantes sobre a temática em questão.

Dessa forma, cada um dos subtítulos desempenhou um papel essencial na contextualização da educação especial em Criciúma, fornecendo informações relevantes sobre a implantação da escola polo, a valorização da língua de sinais e da língua escrita, o ensino de língua portuguesa como segunda língua e os documentos municipais que orientam a educação especial. Essas abordagens enriqueceram a pesquisa e contribuíram para uma compreensão mais abrangente do tema, destacando a importância de promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes no município de Criciúma.



No que diz respeito à metodologia empregada, este estudo adotou uma abordagem qualitativa, buscando compreender as perspectivas e experiências dos envolvidos por meio de uma análise aprofundada. Para embasar a análise e interpretação dos resultados, foram utilizadas diversas fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos e publicações especializadas, que ofereceram embasamento teórico consistente. Além disso, foram também utilizadas fontes documentais, como políticas educacionais e normativas relacionadas à educação inclusiva e ao ensino de estudantes surdos.

A triangulação dessas fontes proporcionou uma compreensão ampla e aprofundada do tema em estudo, permitindo uma análise crítica e reflexiva sobre a inclusão de estudantes surdos nas escolas de ensino regular e a implementação da educação bilíngue.

Ao buscar atingir os objetivos gerais e específicos deste estudo sobre a inclusão de estudantes surdos nas escolas regulares, constatamos, por meio da análise detalhada dos documentos legais e normativas, que há uma obrigatoriedade clara e fundamentada para a inclusão desses estudantes nas instituições de ensino regular.

Essa constatação reforça a importância de se promover um ambiente educacional inclusivo e acessível para todos, garantindo o direito à educação para os estudantes surdos. Nesse sentido, verificamos que o ensino deve ser conduzido utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua, reconhecendo sua importância como meio de comunicação e expressão para os surdos, bem como pelo ensino do Português como segunda língua, visando o desenvolvimento da proficiência linguística na língua escrita e a ampliação das possibilidades de interação e participação social dos estudantes surdos.

Essa abordagem bilíngue e inclusiva no ensino busca assegurar uma educação de qualidade, respeitando a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos e proporcionando-lhes igualdade de oportunidades educacionais.

Como hipótese, apresentamos que o uso de metodologias inclusivas pode resultar em melhorias no desempenho acadêmico de estudantes surdos na língua portuguesa, em comparação com as metodologias tradicionais de ensino. Após análise e avaliação dos dados coletados, podemos confirmar que essa hipótese é válida, uma vez que o uso de metodologias inclusivas demonstrou ter um impacto significativo no desempenho acadêmico dos estudantes surdos na língua portuguesa, superando as abordagens tradicionais de ensino.

Essa abordagem pedagógica valoriza a língua de sinais como primeira língua, reconhecendo sua importância e promovendo sua utilização como ferramenta de comunicação e expressão. Além disso, as metodologias inclusivas enfatizam a comunicação visual e a



utilização de recursos audiovisuais, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e efetivo para os estudantes surdos. Ao incentivar a participação ativa dos estudantes surdos na sala de aula, as metodologias inclusivas também promovem a interação social e a inclusão educacional, criando um ambiente que valoriza a diversidade e respeita as necessidades individuais dos estudantes.

Esses resultados reforçam a importância de adotar abordagens inclusivas no ensino, visando garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas.

Os resultados desta pesquisa são consistentes ao evidenciar a importância de reconhecer plenamente a capacidade dos estudantes surdos em adquirir habilidades de alfabetização e ter acesso às mesmas oportunidades educacionais e sociais que os demais estudantes. Para alcançar esse objetivo, torna-se imprescindível que os professores tenham acesso a recursos pedagógicos especializados, que os auxiliem no desenvolvimento de estratégias de ensino eficazes e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes surdos.

Além disso, é fundamental que haja uma colaboração estreita entre os professores que atuam no ensino regular e os professores intérpretes de Libras, que possuem expertise em facilitar a comunicação entre os alunos surdos e os professores ouvintes. Essa parceria e cooperação mútua possibilitam uma melhor compreensão dos conteúdos e promovem uma interação mais significativa e inclusiva em sala de aula.

A disponibilidade de recursos pedagógicos especializados, aliada à colaboração entre os profissionais da educação, contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes surdos. Ao reconhecer e valorizar as habilidades e potencialidades desses estudantes, estamos promovendo a equidade e garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite sua singularidade e os prepare para uma participação ativa na sociedade.

É de suma importância garantir que os professores estejam devidamente capacitados e preparados para atender às necessidades educacionais dos estudantes surdos. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades específicas em relação à linguagem de sinais, adaptação curricular, uso de recursos pedagógicos adequados e a compreensão das peculiaridades e desafios enfrentados por esses alunos.

Além da formação adequada dos professores, as escolas devem disponibilizar recursos e estrutura adequados para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Isso pode incluir a presença de intérpretes de Libras, materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e



acessibilidade física nas instalações escolares. A garantia de um ambiente inclusivo e acessível é essencial para o pleno desenvolvimento dos estudantes surdos e para que eles possam participar ativamente das atividades escolares.

A alfabetização dos estudantes surdos é um direito assegurado por lei, e é responsabilidade dos educadores oferecer as condições necessárias para a efetivação desse direito. Isso envolve a utilização de metodologias específicas que valorizem a língua de sinais como primeira língua, a promoção de estratégias de leitura e escrita adaptadas, e o apoio individualizado aos alunos, considerando suas necessidades e ritmos de aprendizagem.

Ao investir na capacitação dos professores, no acesso a recursos adequados e no cumprimento dos direitos dos estudantes surdos, promoveremos uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todos tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade, independente de suas diferenças e necessidades.

A educação inclusiva não apenas equipa os estudantes surdos com os conhecimentos e habilidades necessários, mas também promove um sentimento de pertencimento, autoconfiança e integração.

A inclusão efetiva vai além do ambiente educacional. Implica a criação de ambientes inclusivos em espaços públicos e atividades comunitárias, onde os surdos possam participar plenamente e prosperar. Isso envolve promover a acessibilidade da comunicação, fornecer tecnologias assistivas e serviços de apoio e cultivar uma cultura de respeito, aceitação e compreensão.

Os benefícios da inclusão efetiva vão além do nível individual. Ao abraçar a diversidade e as perspectivas dos surdos, enriquecemos nossas comunidades e ampliamos nossa compreensão coletiva das experiências humanas. A inclusão promove empatia, quebra estereótipos e abre caminho para uma sociedade mais inclusiva.

Alcançar a inclusão efetiva de estudantes surdos é um passo fundamental para a criação de uma sociedade que valorize e respeite os direitos e contribuições de cada indivíduo. Ao remover barreiras, promover a inclusão e oferecer desenvolvimento e realização pessoal, podemos construir uma sociedade onde a diversidade é celebrada e todos têm chances iguais de prosperar.

Diante das reflexões realizadas, fica evidente que a inclusão dos estudantes surdos na escola regular e o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) exigem uma abordagem pedagógica complexa e abrangente. A implementação de práticas inclusivas e



bilíngues é fundamental para promover a participação plena e efetiva desses alunos no ambiente escolar.

Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas valorizem a diversidade linguística e cultural, reconhecendo a importância da língua de sinais como parte integrante da identidade surda. Essas políticas devem garantir o acesso igualitário a uma educação de qualidade, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento.

Além disso, é fundamental investir na formação continuada dos professores, oferecendo-lhes recursos, capacitação e suporte necessários para trabalhar de forma efetiva com os estudantes surdos.

Os educadores precisam conhecer os aspectos linguísticos da língua de sinais, incluindo sua estrutura, gramática e vocabulário. Esse conhecimento permite uma comunicação efetiva com estudantes surdos e facilita o processo de ensino e aprendizagem. Ao reconhecer a língua de sinais como um sistema linguístico distinto e rico, os educadores podem apoiar o desenvolvimento da proficiência da língua de sinais e a aquisição de línguas escritas e faladas.

Além disso, os educadores devem estar equipados com estratégias e técnicas especificamente adaptadas às necessidades dos alunos surdos. Isso pode incluir o emprego de recursos visuais, a utilização de tecnologia, a implementação de abordagens interativas e multissensoriais e a promoção de ambientes de aprendizado colaborativo. Ao adaptar os métodos de ensino, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível que atenda às diversas necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos surdos.

É igualmente necessário desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos, promovendo a sua participação ativa, a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades linguísticas e acadêmicas. Isso envolve a adoção de abordagens inclusivas, o uso de recursos visuais e audiovisuais, a adaptação curricular e a individualização do ensino, considerando o ritmo de aprendizagem de cada estudante.

Ao adotar abordagens inclusivas, os educadores podem criar um ambiente que valorize a diversidade e promova oportunidades iguais para todos os alunos, incluindo alunos surdos. Isso envolve a implementação de métodos de ensino que acomodam diferentes estilos e preferências de aprendizagem, permitindo que os alunos se envolvam significativamente com o currículo e contribuam ativamente para seu próprio processo de aprendizagem.



A incorporação de recursos visuais e audiovisuais nas práticas de ensino pode melhorar a experiência de aprendizagem dos estudantes surdos, pois fornece pistas visuais adicionais e auxilia na compreensão. Esses recursos podem incluir recursos visuais, mídia digital, vídeos legendados e outros materiais multimídia que facilitam a compreensão e o envolvimento com o conteúdo.

Adaptações curriculares também são necessárias para garantir que os estudantes surdos possam acessar e se envolver com os conhecimentos e habilidades necessários. Isso pode envolver a modificação de materiais instrucionais, fornecendo avaliações alternativas e utilizando estratégias de ensino que considerem as necessidades e habilidades únicas de cada estudante. Além disso, a individualização do ensino é crucial para abordar os diversos ritmos de aprendizagem dos alunos surdos. Reconhecendo que cada estudante aprende em seu próprio ritmo, os educadores podem fornecer suporte personalizado e instrução diferenciada para atender às suas necessidades específicas e otimizar os resultados do processo de ensino e aprendizagem.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br>> Acesso em 10 mai. 2022

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ANPED; ABPEE. ANPED e ABPEE denunciam retrocessos em nova política de educação especial lançada pelo governo. **Portal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd)**, Rio de Janeiro, 05/10/2020. Disponível em: [encurtador.com.br/rvEX8](https://encurtador.com.br/rvEX8). Acesso em: 30 dez. 2020

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2011.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva>-Acesso em: 20\_fev. 2023

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 25 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394)> Acesso em 10 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acesso em: 24 jan. 2023

BRASIL. Decreto nº 10.501 de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em 29 jan. 2023

BRASIL. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, 10 jan. 2001b.



COSTA E SILVA, Ana Carolina Rodrigues. **As políticas públicas para Educação Especial no Brasil (2001-2020) e suas implicações para o trabalho dos professores da área.** Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235155>> Acesso em 24 jan. 2023.

CRICIÚMA. Plano Municipal de Educação - 2015 - 2024. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/files/PLANO-MUNICIPAL-DE-EDUCACAO-DE-CRICIUMA.pdf> Acesso em 30 jan. 2023

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum** – questões polêmicas e avanços contemporâneos. In: BRASIL. Ensaios Pedagógicos - construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005, p. 108-121.

DAMÁSIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoas com surdez.** SEESP/SEED/MEC: Brasília- DF, 2007.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital.** Educação & Realidade, v. 46, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/bkyxVHz9FYPCwRQj8KnJCSb/abstract/?>> Acesso em: 24 jan. 2023

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

HONORA, M. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. esp., p. 41-58, ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/?lang=pt>> Acesso em 23 jan. 2023.

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas.** 2009. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos\\_edespecial/bilinguismo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/bilinguismo.pdf) Acesso em 01 fev. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Da exclusão à inclusão escolar.** 2011. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br>> Acesso em 17 mar. 2023

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Ed. Summus. São Paulo, 2015.

MARCHESI, A. et.al. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.



MARCHESIN, Glauca Ester Pereira. **Caminhos para a inclusão de alunos surdos**. 1. ed. Curitiba, 2018.

MAZZOTTA, J. S. M. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 5 de mai. 2022.

PEREIRA, M.C.C. **Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos**. In: Seminário Desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilinguismo na educação de surdos In: Eulalia Fernandes. **Surdez e bilinguismo**. I ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v. 1, p. 26-36.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca. Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/algumas-consideracoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-as-novas-exigencias-para-a-formacao-de-professores>> Acesso em 23 mai. 2022

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, João Henrique da. **Federação Nacional das APAES no Brasil, hegemonia e propostas educacionais (1990–2015)**. 2017. 384f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, jan./ fev./ mar./ abr., 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 22 jan. 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>> Acesso em 21 mar. 2022



\_\_\_\_\_. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 18 abr. 2022

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Leitura e Escrita promove direito à educação e cultura.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/julho/politica-nacional-de-leitura-e-escrita-promove-direito-a-educacao-e-cultura>> Acesso 1 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 2 fev. 2023

\_\_\_\_\_. **Apae de Criciúma: cinco décadas marcadas pelo afeto e inclusão.** TNSUL, 2018. Disponível em: <https://tnsul.com/2018/geral/apae-de-criciuma-cinco-decadas-marcadas-pelo-afeto-e-inclusao/> Acesso em 21 dez. 2022

\_\_\_\_\_. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e de língua portuguesa.** Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em 15 jul. 2022

\_\_\_\_\_. **Alunos com necessidades especiais: como preparar sua escola para a inclusão?** 2019. Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/blog/alunos-com-necessidades-especiais>> Acesso em 26 jun. 2022

\_\_\_\_\_. **Base Nacional determina alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.** 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47191-base-nacional-determina-que-criancas-sejam-alfabetizadas-ate-o-segundo-ano-do-fundamental>> Acesso em 14 mar. 2023

ZYCH, Anízia Costa. **A alfabetização de alunos surdos: uma reflexão necessária.** 2010. Disponível em: <https://anais.unicentro.br> > Acesso em 14 mar. 2023